



Embrapa Clima Temperado

## EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa  
Pregão Eletrônico – Embrapa nº 90009/2026

### OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Rurais de Trabalhador Agropecuário em Geral, para apoio à Pesquisa Agropecuária nas dependências dos Campos Experimentais da Embrapa Clima Temperado, com alocação de mão de obra, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor Preço  
☐ Maior Percentual de Desconto

### MODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto  
☐ Aberto e fechado

### DATA DE ABERTURA

24/07/2026 às 09:30h, sítio <<https://www.gov.br/compras/pt-br>>

### VALOR TOTAL ESTIMADO

Em cumprimento ao artigo 34 da Lei nº 13.303, de 2016 o valor estimado do contrato a ser celebrado decorrente do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 - Embrapa/CPACT será sigiloso.

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 135031

Fonte: 1000000000

Programa de Trabalho: 229478

Elemento de Despesa: 339037

PI: PESQUISA.

### VISTORIA

- ☒ Sim  
☐ Não

### EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO

- ☐ Sim  
☒ Não

### FORMA DE ADJUDICAÇÃO

- ☐ Item  
☒ Lotes (Grupos)  
☒ Preço Global

### INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

- ☐ Autorização de Fornecimento  
☒ Contrato

### LIC. EXCLUSIVA ME/EPP

- ☐ Sim  
☒ Não

### RESERVA COTA ME/EPP

- ☐ Sim  
☒ Não

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### Requisitos Básicos

Item 8 do edital

#### Requisitos Específicos

Subitem 8.18 do edital, Atestado de Capacidade Técnica, demais (veja Termo de Referência)

### PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA / DOCUMENTAÇÃO

Até 2h (duas horas) após a convocação realizada pelo pregoeiro

## VALIDADE DAS PROPOSTAS

☒ 90 (noventa) dias

1. O prazo de validade das propostas é contado a partir da data de apresentação, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
2. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Após a homologação e adjudicação do objeto, caso – por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado – não seja possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, por ocasião da disponibilidade financeira:
  - a) consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;
  - b) se o adjudicatário não manifestar interesse na manutenção de sua proposta, é facultado à Embrapa convocar a s demais licitantes, na forma do inciso I do § 2º do artigo 75 da Lei nº 13.303, de 2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumir as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação.
3. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.
4. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.
5. Em todos os casos, se entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação decorrer prazo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caso outro índice não tenha sido indicado no edital e, ou, seus anexos.

## PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES

Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço <cpact.sps@embrapa.br>

## CADASTRAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

1. Para fins de assinatura dos documentos referentes à contratação, a licitante deve cadastrar seu representante legal no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Embrapa. O cadastramento dar-se-á por meio de acesso à página da Embrapa:  
<[https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)>
2. Para o cadastramento, é necessário o envio dos seguintes documentos originais: RG, CPF, comprovante de residência, contrato ou estatuto social e procuração (se for o caso) do representante legal da licitante. Uma vez que a assinatura dar-se-á pelo representante legal da entidade, as informações solicitadas são pessoais (pessoa natural).
3. O uso do SEI da Embrapa submete-se a norma própria, a versão revisada nº 1 da Norma nº 037.001.002.002, aprovada pela Deliberação nº 19, de 10 de agosto de 2021, e publicada no Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa (BCA) nº 38, de 2021, cujos termos devem ser observados pela licitante.

## DEMAIS INFORMAÇÕES

1. Na sede da Embrapa Clima Temperado:  
Rodovia BR 392 KM 78, Monte Bonito, 96010-971, Pelotas, RS  
Telefone: 53 3275-8117  
E-mail: <cpact.sps@embrapa.br>
2. Os códigos e descrições do catálogo de materiais e serviços, constantes do portal de compras do Governo Federal, podem eventualmente divergir da descrição dos itens ou serviços a serem contratados quanto às especificações e outras características. Neste caso, ou seja, havendo divergências quanto ao código ou descrição do catálogo, prevalecerão as especificações detalhadas neste edital.
3. Este edital está disponível nos sítios: <<https://www.embrapa.br/clima-temperado>> e, ou, <<https://www.gov.br/compras/pt-br>>.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA, por intermédio de sua unidade descentralizada CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado), estabelecida em Pelotas/RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento por **menor preço global**, nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC), versão revisada nº 2 da Norma nº 037.011.003.001; da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; da Instrução Normativa do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/ME) nº 73, de 30 de setembro de 2022; da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 3, de 26 de abril de 2018; da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017; da Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) nº 1, de 19 de janeiro de 2010; aplicando-se, ainda, as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio <<https://www.gov.br/compras/pt-br>>.
- 1.2. A licitante ou seu(s) representante(s) legal(is) deverão estar previamente credenciados perante o órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 1.3. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a

participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio < <https://www.gov.br/compras/pt-br>>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

1.5. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

1.6. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados perante os órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Rurais de Trabalhador Agropecuário em Geral, para apoio à Pesquisa Agropecuária nas dependências dos Campos Experimentais da Embrapa Clima Temperado, com alocação de mão de obra, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas neste edital e no Termo de Referência (Anexo I).

2.1.1. A categoria a ser empregada nos serviços é registrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, constante da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme o código:

a) CBO 6210-05 – trabalhador agropecuário em geral;

2.1.2. Os serviços serão prestados nas dependências dos Campos Experimentais da Embrapa Clima Temperado, com sede em Pelotas/RS, na Rodovia BR 392 KM 78, Monte Bonito, de segunda-feira até sexta-feira, entre 8h00min e 17h00min, respeitando a jornada limite de trabalho de 8h (oito horas) diárias e 40h (quarenta horas) semanais. O horário de trabalho e o intervalo intrajornada, de 1h (uma hora), podem ser flexibilizados de acordo com as necessidades do serviço e o horário de expediente da Embrapa.

2.1.3. Descrições detalhadas, características do serviço, custos estimados e todas as demais condições necessárias ao conhecimento do serviço e a elaboração e apresentação das propostas encontram-se no Termo de Referência e são complementadas pelas informações constantes deste edital e todos seus anexos.

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal de compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

## 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Podem participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não podem participar desta licitação:

3.2.1. as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido, nos termos do artigo 21 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no artigo 83, III, da Lei nº 13.303, de 2016, desde que aplicada pela Embrapa; ou prevista no artigo 156, III, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicada no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; ou, ainda, aquela aplicada na vigência do artigo 87, III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; ou na vigência do artigo 47 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicada no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos; ou a prevista no artigo 46 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União (TCU); ou, ainda, aquela aplicada na vigência do artigo 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista no artigo 12, I, II e III, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

3.2.2. as pessoas jurídicas referidas no artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016, a saber:

a) cujo administrador, ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, seja diretor ou empregado da Embrapa;

b) suspensão pela Embrapa;

c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Embrapa, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

3.2.3. A vedação prevista no subitem 3.2.2 aplica-se também:

a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- b.1) dirigente da Embrapa;
- b.2) empregado da Embrapa cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- b.3) autoridade do ente público a que a Embrapa esteja vinculada.
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Embrapa há menos de 6 (seis) meses.

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme caso.

3.4. Também estão impedidas de participar desta licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38, II, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, do artigo 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e artigo 33, IV, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3.5. Também não podem participar sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação.

3.6. Não podem participar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Se o objeto da licitação englobar obras e serviços de engenharia, serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas no artigo 44 da Lei nº 13.303, de 2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

☒ não será admitida, conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação e Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União (Anexo XII).

3.9. Não podem participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais.

3.9.1. As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

3.9.2. Na hipótese da licitante vencedora ser estrangeira, para fins de assinatura do contrato ou instrumento equivalente, os documentos de habilitação devem ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

3.9.3. Devem, ainda, ser observadas outras formalidades que venham a ser descritas nos artigos 20-A e 20-B da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

☒ não será admitida, conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte; para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, se admitida participação nos termos do subitem 3.8; para o agricultor familiar; para o produtor rural pessoa física; e para o microempreendedor individual (MEI); nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito da licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, ou empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

#### 4. PROPOSTA DE PREÇOS

4.1.A licitante encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou o percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. Os custos da execução contratual serão detalhados mediante preenchimento pela licitante de Planilha de Custos e Formação de Preços anexa a este edital (Anexo II).

4.1.1.1. A produtividade mínima esperada para os serviços rurais a serem prestados na Embrapa Clima Temperado observarão os índices

descritos no Anexo III a este edital.

4.1.1.2. Os serviços serão fiscalizados e o valor da proposta vencedora poderá sofrer reduções após a contratação, caso a Embrapa constatare que a licitante que venha a ser contratada não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida, ou deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada, conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (Anexo XVI).

4.1.2. A licitante, no preenchimento da planilha de custos e formação de preços, deve observar o regime de tributação a que está sujeita e a incidência das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre o faturamento, nos termos da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

4.1.3. A licitante submetida ao regime de Lucro Real, ou seja, quando tributada pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS nos termos da Lei nº 10.637, de 2002, e da Lei nº 10.833, de 2003, deve cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições em relação aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, nos termos das Orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do então Ministério da Economia, sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, publicada em 10 de agosto de 2020 no Portal de Compras do Governo Federal e também disponível no sítio <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>>.

4.1.4. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, podem ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para PIS e COFINS, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

4.1.5. A comprovação das alíquotas médias efetivas deve ser feita, também, no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

4.1.6. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas da licitante vencedora.

4.1.7. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, as licitantes devem encaminhar, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. A licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital. A falsidade desta declaração sujeitará a licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, em especial, quanto ao disposto no artigo 167, V e § 2º.

4.5. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização da etapa de envio de lances abertos.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado. A prorrogação de que trata este subitem poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

## **5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. A licitante deve enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema, dos seguintes campos:

a) valor (unitário, mensal e global, este considerado para o prazo de 12 meses) do item, conforme o caso;

b) marca e, ou, fabricante e quantidade, se for o caso;

c) descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. As propostas devem incluir todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da Embrapa e aceitação da licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. A licitante deve declarar, para cada item, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, microempresa ou empresa de pequeno porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, se equiparável à limpeza e, ou, à conservação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no artigo 18, § 5º-C, VI, da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do artigo 17 da mesma lei.

5.8. Afim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no artigo 3º, §1º, da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, informa-se que foi utilizada a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Embrapa:

5.8.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS NO RIO GRANDE DO

5.8.2. Disponível em <<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>>.

## 6. PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- 6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.
- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, a licitante deve encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. O lance deve ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.
- 6.9. As licitantes podem oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.10. A licitante somente pode oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.10.1. Observado o disposto no subitem 6.10, a licitante poderá, em única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10.2. É indício de inexecutabilidade da proposta a apresentação de valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Embrapa.
- 6.11. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata este subitem, implica a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com as regras deste edital devem ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Nesta hipótese, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Na hipótese do sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24h (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

- 6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os enumerados a seguir.
- 6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *(não aplicável)*.
- 6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10min (dez minutos) e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2min (dois minutos) do período de duração da sessão pública.
- 6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem 6.20, será de 2min (dois minutos) e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:
  - a) ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
  - b) ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.23.1. Após o reinício previsto neste subitem, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

### Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

- 6.24. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa "aberto e fechado", as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os procedimentos seguintes.
- 6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15min (quinze minutos). Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10min (dez minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.26. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.25, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, ou de maior percentual de desconto, e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.27. No procedimento de que trata o subitem 6.26, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor

lance.

6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do subitem 6.22.

#### **Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"**

6.30. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa "fechado e aberto", somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, na forma disposta nos subitens 6.20 a 6.23.2, com a apresentação de lances, a licitante que apresentou proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e as licitantes das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 6.30, poderão as licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos, na forma disposta nos subitens 6.20 a 6.23.2.

#### **Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte**

6.32. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5min (cinco minutos), contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) se a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exercer o direito de preferência, deverão ser convocadas as licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte remanescentes e que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.33. Caso a microempresa, ou empresa de pequeno porte, mais bem classificada deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.32, na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.34. O procedimento previsto nos subitens 6.32 e 6.33 será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.32.

6.35. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.32 e 6.33, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ela apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o edital.

6.36. O disposto no subitem 6.32 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### **Direito de Preferência – artigo 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991**

6.37. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no artigo 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.38. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.39. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo pregoeiro.

6.40. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

#### **Critério de Desempate**

6.41. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no artigo 55, da Lei nº 13.303, de 2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.42. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 6.41, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.43. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas. Nesta situação, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público do sorteio em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema.

#### **Negociação da Proposta**

6.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deve encaminhar, pelo sistema, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.44.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.44.2. A negociação deverá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço da primeira colocada, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

6.45. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela Embrapa, sob pena de desclassificação da licitante.

6.46. Se, depois de adotada a providência referida no subitem 6.44.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

6.47. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.48. Observado o prazo de que trata o subitem 4.8, o pregoeiro deve solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos

documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

#### **Envio da Proposta Final**

6.49. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, a licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará em até 2h (duas horas), prorrogável por igual período, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema, a proposta final e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo anexo ao edital (Anexo II), com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.50. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "enviar anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados no prazo e ao endereço indicados pelo pregoeiro.

6.51. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deve ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

6.52. Caso a proposta da licitante vencedora não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

6.53. É de responsabilidade da licitante confirmar, perante a Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

#### **7. JULGAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Embrapa;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deve considerar materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Embrapa.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 7.7, somente será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir da licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

- a) requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) solicitar informações perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) realizar verificação de outros contratos que a licitante mantenha com a administração pública ou com a iniciativa privada;
- f) realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pela licitante;
- h) realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) realizar consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- k) realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e, ou, condições excepcionalmente favoráveis que a licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.12. O pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

7.13. Se a proposta da licitante vencedora da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes,



na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

7.14. A licitante qualificada como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no artigo 154 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 2110, de 17 de outubro de 2022, em razão do disposto no artigo 159, V, sob pena de desclassificação.

7.15. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens anteriores, o pregoeiro exigirá que a licitante classificada em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.15.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta da licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.15.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pela primeira classificada não for(em) aceita(s), ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) ou demais testes e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.15.6. Os exemplares colocados à disposição da Embrapa serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.15.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelas licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Embrapa, sem direito a ressarcimento.

7.15.8. As licitantes deverão colocar à disposição da Embrapa todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.16. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro solicitará à licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos decretos regulamentares.

7.17. A licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.18. Na hipótese do subitem 7.17, bem como em caso de inabilitação da licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.19. Se a proposta ou o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.20. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.21. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.22. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste edital.

## **8. HABILITAÇÃO**

### **Consulta a Cadastros**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Restrição Contratar Administração Pública, a ser verificada no portal do SICAF (<<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>>);

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, a ser verificada no portal do TCU (<<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a ser verificado no portal da Controladoria-Geral da União (CGU) (<<https://certidoes.cgu.gov.br/>>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, a ser verificado no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (<[https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)>); e

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), a ser verificado no portal da CGU (<<https://certidoes.cgu.gov.br/>>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o poder público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste no SICAF em "Consultar Situação do Fornecedor" (<<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/geral/consultarSituacaoFornecedor.jsf>>) a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte da(s) licitante(s) apontada(s) no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. A licitante será convocada para manifestação previamente a sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

### **Disposições Gerais sobre a Habilitação**

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.5.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem 8.5.2 implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação.

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.5.7. Será considerada inabilitada a licitante que, alternativamente:

a) apresente documentação incompleta ou em desacordo com o edital e legislação em vigor;

b) enquadre-se em alguma das vedações previstas nos subitens 3.2, 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3;

c) possua ocorrência impeditiva indireta no SICAF, isto é, possua objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e, ou, sócio-gerente em comum com licitante apenada com as sanções de suspensão e, ou, impedimento de licitar e contratar com a União, conforme Acórdãos nº 1.831/2014-TCU-Plenário e nº 2.218/2011-TCU-1ª Câmara, nos quais entende a extensão de sanção a outra empresa, por ter havido tentativa de burlar a penalidade outrora imposta, utilizando do instituto da desconconsideração da personalidade jurídica.

8.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.6.1. Na hipótese de inversão de fase referida no subitem 8.6, as licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do artigo 36 e no § 1º do artigo 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

8.6.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

8.8. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.9. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no subitem 4.8.

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste edital.

8.11. Na hipótese da licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no subitem 8.9.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 8.10.

8.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.14. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.15. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante, matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à certidão de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Débito – CND) e ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Habilitação Jurídica**

8.16. São exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

a) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) em se tratando de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <<https://mei.receita.economia.gov.br/certificado/consulta>>;

c) no caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) no caso de cooperativa (se permitida a participação): ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

g) no caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) válida, ou, ainda,

outros documentos definidos nos termos do § 3º do artigo 2º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

h) no caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022 (artigos 15 a 17 e 146);

i) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização;

j) no caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente e exigências descritas no Termo de Referência;

k) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303, de 2016, conforme modelo anexo ao edital (Anexo XIII).

8.17. Os documentos enumerados no subitem 8.16 devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

#### **Habilitação Técnica**

8.18. São exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, **1 (um) atestado ou declaração, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazos** e que comprove que a licitante já executou os serviços objeto desta licitação com um número igual ou superior a 13 (treze) postos de trabalho (Anexo IV);

b) declaração de que a licitante possui ou instalará escritório, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de início de vigência do contrato, no raio de até 30km (trinta quilômetros) de Pelotas, RS (Anexo XVIII);

c) Atestado de Visita Técnica (Anexo XI) ou declaração do representante legal da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Anexo XVII);

d) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.18.1. Para a comprovação do disposto na alínea "a" do subitem 8.18, será aceito o somatório de atestados ou declarações que comprovem que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

8.18.2. É admitida a apresentação de atestados ou declarações referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea "a" do subitem 8.18, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

8.18.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a única contratação.

8.18.4. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou declarações solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.18.4.1. Cada atestado de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica; identificação do responsável pela emissão do atestado, contendo nome, endereço e telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a atestante; identificação da licitante; e descrição clara dos serviços prestados.

8.18.4.2. A identificação da licitante deve coincidir com a documentação apresentada como parte da documentação de habilitação ao certame.

8.18.5. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e, ou, de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica.

8.18.6. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.19. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

#### **Qualificação Econômica-Financeira**

8.20. São exigidos os seguintes documentos para demonstração da qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) declaração da licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo anexo a este edital (A nexa V), de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a administração pública e, ou, com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido da licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c", observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deverá apresentar justificativas;

e) certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.20.1. A certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial e a certidão negativa de execução patrimonial sem prazo de validade serão consideradas válidas, pela Embrapa, pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua emissão. A licitante que esteja em recuperação judicial deve apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

8.20.2. No caso de sociedade constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações

contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.20.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato ou estatuto social.

8.20.4. Em se tratando de licitante constituída como cooperativa, se permitida a sua participação no certame, os documentos de qualificação econômico-financeira devem ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.20.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.20.6. A licitante que apresentar Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) por ocasião da habilitação deve comprovar, considerados os riscos para a Embrapa, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.20.7. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1 (um) não atenda as condições do subitem anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; ou fiança bancária.

8.20.8 Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação no certame, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

☐ será acrescido em 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação;

☐ não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

8.20.9 O acréscimo de que trata o subitem 8.20.8 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.20.10. Microempresas e empresas de pequeno porte devem atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.20.11. Para as microempresas e empresas de pequeno porte que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e artigo 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.11.1. Para aplicação do disposto no subitem 8.20.11, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

8.20.11.2. A prorrogação do prazo constante do subitem 8.20.11 pode ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.20.11.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.20.11 implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Embrapa convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **Regularidade Fiscal**

8.21. São exigidos os seguintes documentos para verificação da regularidade fiscal:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014;

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) prova de regularidade fiscal perante as Fazendas estadual, distrital e municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.22. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o pregoeiro considerará a licitante inabilitada, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.22.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro pode conceder prazo razoável para o saneamento da falha.

8.22.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e, ou, divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.22.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo devem ser resolvidas em, no máximo, 2h (duas horas) após notificação à licitante.

## 9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.7, da ata de julgamento.

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

9.8. A sessão pública poderá ser reaberta na hipótese de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.8.1. Também haverá reabertura da sessão pública quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.8.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

9.8.3. A convocação dar-se-á por meio do sistema eletrônico ( *chat* ) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.8.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## 11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e atribuir-lhes a validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.2. Na hipótese de suspensão da sessão pública para a realização de diligência destinada ao saneamento de que trata o subitem 11.1, o reinício da sessão pública condiciona-se ao disposto no subitem 7.11.

## 12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

☒ Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## 13. CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e demais legislação aplicável.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Embrapa.

13.3. Na hipótese da vencedora da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação nas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e demais legislação aplicável.

13.4. Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos do subitem 13.3, a Embrapa, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a

negociação de melhor condição.

13.5. A recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Embrapa caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor Embrapa.

13.6. A regra do subitem 13.5 não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da alínea "a" do subitem 13.4.

13.7. As condições previstas neste edital integrarão o contrato a ser firmado independente de transcrição.

13.8. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do ajuste.

#### **Conta Depósito Vinculada**

13.9. A assinatura do contrato será precedida dos seguintes atos:

a) solicitação da Embrapa, mediante ofício, de abertura de conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da licitante a ser contratada, das provisões realizadas pela Embrapa para o pagamento dos encargos trabalhistas (Anexo VI);

b) assinatura, pela licitante a ser contratada, no ato da regularização da conta depósito vinculada, de termo de autorização da instituição financeira oficial que permita à Embrapa ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.

13.9.1. A licitante a ser contratada deve autorizar a Embrapa, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis (Anexos VII e VIII).

13.9.2. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Embrapa (como, por exemplo, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados perante a Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.9.3. A Embrapa providenciará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da licitante contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Embrapa em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no subitem 1.5 do Anexo VII-B da referida instrução.

13.9.4. O montante dos depósitos da conta depósito vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da Embrapa e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

b) férias e um terço constitucional de férias;

c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

13.9.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, consoante Anexo XV deste edital.

13.9.6. O saldo da conta depósito vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre Embrapa e instituição financeira (Anexo IX). Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

13.9.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta depósito vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à licitante que vier a prestar os serviços.

13.9.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta depósito vinculada, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

13.9.9. A licitante contratada poderá solicitar a autorização da Embrapa para utilizar os valores da conta depósito vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no subitem 13.9.4 ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

13.9.10. Na ocorrência da hipótese descrita no subitem 13.9.9, a licitante contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Embrapa, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta depósito vinculada, que será encaminhada à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela licitante contratada.

13.9.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

13.9.12. A licitante contratada deverá apresentar à Embrapa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

13.9.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito vinculada será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

#### **14. PENALIDADES**

14.1. Comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa:

I – deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao edital, mesmo após prazo concedido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados;

II – salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

III – não celebrar o contrato, recusando-se injustificadamente a assiná-lo, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V – fraudar a licitação;

VI – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

VII – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) multa;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada:

- a) pelo prazo máximo de 1 (um) ano, ao responsável pela ocorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II ou III do subitem 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) pelo prazo de 2 (dois) anos, ao responsável pela ocorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do subitem 14.1.

14.6. Qualquer conduta não prevista no subitem 14.1 deste edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no artigo 83, III, da Lei nº 13.303, de 2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos subitens 14.10 a 14.22 deste edital.

14.7. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas no subitem 14.1, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento:

I – Notificará a licitante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção.

II – Após manifestação da licitante, o pregoeiro reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração.

III – Caso o pregoeiro conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (chefe-adjunto de administração da Embrapa Clima Temperado), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), caso conclua pela materialidade da infração.

14.8. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando aferir a culpabilidade da apontada infratora.

14.9. A instauração do PAA deve ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

- a) todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;
- b) decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA;
- c) edital cujas disposições foram infringidas;
- d) os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

14.9.1. Instaurado o PAA, deve ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da apontada infratora;
- b) número e objeto do contrato ou edital a que se refere;
- c) finalidade da intimação;
- d) indicação dos fatos e fundamentos legais e, ou, disposições do edital descumpridas;
- e) possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;
- f) informação quanto ao prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua defesa prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do artigo 83, § 2º, da Lei nº 13.303, de 2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- g) orientações para que a licitante apontada como infratora habilite-se no processo administrativo instaurado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Embrapa, o prazo no qual deverá estar habilitada e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;
- h) informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa.

14.9.2. A licitante apontada como infratora terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.9.3. A licitante apontada como infratora deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

14.9.4. É ônus da licitante apontada como infratora manter atualizado, perante a Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

14.9.5. À licitante apontada como infratora incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

14.9.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pela licitante apontada como infratora quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

14.9.7. Após a apresentação da defesa prévia pela licitante apontada como infratora, a autoridade competente manifestar-se-á sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade da licitante, fundamentadamente.

14.9.8. Após a análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

14.10. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente, mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

14.11. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade da licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I – atenuantes:

- a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;
- b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e
- c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II – agravantes:

- a) a reincidência;
- b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e
- c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

14.11.1. No concurso de agravantes e atenuantes, a autoridade competente aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

14.11.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela autoridade competente, quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no subitem 14.11.

14.12. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem a licitante infratora da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

14.13. Além dos fundamentos, a decisão que importar na aplicação de sanção conterá:

- a) a penalidade aplicada, conforme estabelecido no edital;
- b) a forma de execução da penalidade e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;
- c) a informação quanto ao prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de recurso;
- d) a informação de que a não apresentação de recurso ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

14.14. Proferida a decisão no âmbito do PAA, a licitante infratora será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência da interessada. A notificação sobre a decisão poderá ser dispensada, caso a licitante infratora acesse seus termos no PAA, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

14.15. Poderá a licitante infratora, por ocasião da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

14.16. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da decisão recorrida (chefe-adjunto de administração da Embrapa Clima Temperado), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

14.16.1. Se a reforma da decisão agravar a situação da recorrente, esta deverá ser cientificada para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

14.16.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (chefe-geral da Embrapa Clima Temperado).

14.16.3 O chefe-geral da Embrapa Clima Temperado poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

14.16.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

14.16.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

14.16.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

14.16.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte do chefe-geral da Embrapa Clima Temperado, a licitante infratora deverá ser notificada de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência da interessada.

14.16.8. Caso a licitante penalizada não seja encontrada ou não confirme o recebimento da intimação, a decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

14.16.9. Após a decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

14.17. A licitante sancionada com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

14.18. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (chefe-adjunto de administração da Embrapa Clima Temperado), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (taxa SELIC).

14.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

14.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

14.21. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela autoridade recorrida ou pela autoridade imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.



14.22. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, e do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

14.23. As penalidades referentes à inexecução do contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, em anexo ao presente edital (Anexo X), podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

## **15. ATOS LESIVOS À EMBRAPA**

15.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, a licitante estará sujeita às sanções estabelecidas neste edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração de uma das condutas tipificadas no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da referida lei.

15.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 2016, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a licitante também estará sujeita a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

15.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste item 15 não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

15.6. A licitante sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

15.7. A publicação a que se refere o subitem 15.6 será feita a expensas da licitante sancionada.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pela licitante, com ou sem a participação de agente público.

15.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846, de 2013, e no Decreto nº 11.129, de 2022, inclusive suas eventuais alterações.

15.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

15.11 As disposições deste item 15 são aplicáveis quando a licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 12.846, de 2013.

## **16. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório devem ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

16.2.1. O prazo constante do subitem 16.2 é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.2.2. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos seus anexos.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão as participantes e a Embrapa.

16.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. A licitante, por meio de consulta permanente ao endereço eletrônico indicado neste edital, deverá manter-se atualizada quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância da licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

16.8. Todos os pedidos, impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico <<https://www.gov.br/compras/pt-br>>.

16.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h (dezessete horas) do último dia para sua interposição.

16.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item 16.

16.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

16.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

16.13. Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **17. VISTORIA DAS INSTALAÇÕES**

17.1. A licitante poderá vistoriar o local de execução dos serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da abertura da sessão pública deste pregão, perante o Setor de Campos Experimentais da Embrapa Clima Temperado, pelos telefones (53) 3275-8202 (Sede - falar com Fernanda Quintanilha Azevedo), (53) 3275-8608 (EEC - falar com Marcos Antônio Martins Pereira) e (53) 3275-8446 (ETB - falar com Júlio Amado Peres Bicca); ou e-mail [cpact.sps@embrapa.br](mailto:cpact.sps@embrapa.br), no horário de 08:00 às 11:00 horas pela manhã, e das 14:00 às 16:00 horas pela tarde.

17.2. A Embrapa entregará Atestado de Visita Técnica à licitante que vistoriar o local de execução dos serviços, consoante modelo (Anexo XI), e que deverá ser apresentada pela licitante à Embrapa por ocasião do encaminhamento dos documentos de habilitação.

17.3. Caso a licitante não venha a efetuar a vistoria, correrá por sua própria conta e risco a elaboração de sua proposta, não cabendo alegações de inexecutabilidade da proposta por desconhecimento das áreas onde os serviços serão executados.

17.4. A licitante poderá substituir o Atestado de Visita Técnica por declaração do seu representante legal de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, consoante modelo (Anexo XVII), e que deverá ser apresentada pela licitante à Embrapa por ocasião do encaminhamento dos documentos de habilitação.

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. As licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

18.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

18.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no artigo 62 da Lei nº 13.303, de 2016.

18.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

18.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

18.6. Fazem parte integrante deste edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Planilha de Custos e Formação de Preços / Proposta;
- c) ANEXO III – Produtividade Mínima;
- d) ANEXO IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnico Operacional;
- e) ANEXO V – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;
- f) ANEXO VI – Autorização para Abertura de Conta-Depósito Vinculada;
- g) ANEXO VII – Autorização para a Retenção da Garantia;
- h) ANEXO VIII – Autorização para Retenção da Fatura, para Depósito Direto do FGTS e Salários;
- i) ANEXO IX – Cópia do Termo de Cooperação Técnica firmado com o Banco do Brasil S.A. (Conta depósito vinculada);
- j) ANEXO X – Modelo de Minuta de Contrato;
- k) ANEXO XI – Modelo de Atestado de Visita Técnica;
- l) ANEXO XII – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- m) ANEXO XIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos previstos na Lei nº 13.303, de 2016;
- n) ANEXO XIV – Convenção Coletiva do Trabalho;
- o) ANEXO XV – Reserva Mensal para o Pagamento de Encargos Trabalhistas;
- p) ANEXO XVI – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- q) ANEXO XVII – Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto, das Condições e das Peculiaridades;
- r) ANEXO XVIII – Declaração de Escritório.

Pelotas/RS, 24 de junho de 2026.

[assinado eletronicamente]

**CARLOS LEANDRO PADILHA BARNECHE**

Analista A

Setor de Patrimônio e Suprimentos - SPS

[assinado eletronicamente]

**LEANDRO LUÍS GARCIA AQUINO**

Chefe-Adjunto de Administração

Embrapa Clima Temperado (CPACT)



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência trata da Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Rurais de Trabalhador Agropecuário em Geral, para apoio à Pesquisa Agropecuária nas dependências dos Campos Experimentais da Embrapa Clima Temperado, com alocação de mão de obra, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas neste Termo de Referência. A categoria a ser empregada no serviço é registrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme código CBO 6210-05, constante da Classificação Brasileira de Ocupações — CBO.

1.2. Qualquer diferença entre o Projeto Básico e as especificações registradas no CATMAT, prevalecerão as constantes neste termo.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Justificativa da Necessidade dos Serviços

2.1.1. Considerando o grande volume e diversidade de atividades rurais relacionadas aos projetos de pesquisa da Embrapa Clima Temperado, é imprescindível a contratação dos trabalhadores rurais polivalentes para que possamos realizar as atividades nos Campos Experimentais.

2.1.2. A atividade rural, por sua própria natureza, está sujeita à sazonalidade, ou seja, nem toda atividade ligada ao campo é permanente, porque nem toda produção é perene, assim como os tratos culturais são sazonais. Na agricultura existem situações que não exigem a manutenção de mão de obra permanente, como por exemplo, a colheita de uma safra, que requer aumento da mão de obra durante um determinado período, posto que ocorrem de maneira sazonal e não permanente, ou seja, em caráter temporário.

2.1.3. Analisando os picos de atividades rurais da Unidade, verificamos uma demanda maior em períodos sazonais, tais como: época de plantios, tratos culturais e colheitas. Desta forma, justifica-se a necessidade maior de mão de obra junto ao Setor de Campos Experimentais, para uma demanda pontual, em determinados períodos, para concluir as atividades no prazo que não comprometa o resultado dos experimentos e das atividades da pesquisa agropecuária.

2.1.4. A contratação se faz necessária às atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às atividades técnico-científicas da pesquisa para os sistemas de produção. Todas as atividades serão desenvolvidas em ambiente rural, denominados de campos experimentais, e correspondem, resumidamente, a: confecção de piquetes com cercamento para retenção animal, marcação de parcelas, correção de solo, preparo de solo, plantio, roçagem, capina, colheita e beneficiamento das amostras, limpeza e manutenção de casas de vegetação e telados, poda de produção e limpeza em pomares frutícolas, polinização manual para cruzamentos em programas de melhoramento de fruticultura, manuseio com húmus de minhoca e outros biofertilizantes, manutenção de marachas em sistemas de irrigação por inundação, recolhimento de material vegetal para confecção de mulching, construção manual de canteiros, manuseio e asseio em instalações para animais de criação (bovinos e bubalinos de maneira geral). Essas atividades são derivadas de projetos de pesquisa científica e que visam o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

2.1.5. A Embrapa Clima Temperado tem como uma das prioridades desenvolver trabalhos com sistemas de produção em diferentes locais e ainda envolvendo diversas culturas, tais como: arroz, feijão, soja, sorgo, milho, girassol, trigo, forrageiras, fruticultura de clima temperado em geral, horticultura, sistemas agroflorestais, sistemas de produção de base ecológica envolvendo diversas culturas, espécies vegetais de aplicação agroenergética, pecuária leiteira e de corte, além da integração lavoura e pecuária. As pesquisas e ações de transferência de tecnologia executadas com essas culturas em rotação com outras plantas de cobertura, executadas com o apoio de projetos, planos de ação e atividades que integram a carteira de projetos da empresa, todas oriundas do Sistema Embrapa de Gestão - SEG, apresentam ciclos de safra, variando entre 12 e 48 meses, razão pela qual requerem a execução de atividades rurais manuais, em intervalos distribuídos ao longo dos ciclos de produção, os quais dependem do tipo de manejo e das características de cada cultura. Tais atividades, meramente manuais pontuais e não aderentes à hipótese científica em avaliação, não se confundem com as atividades de caráter técnico, executadas pelo quadro de empregados da própria empresa. Porém, são imprescindíveis para a conservação e zelo da infraestrutura para o bom andamento de cada experimento ou atividade de Pesquisa Agropecuária e, em alguns casos, sua descontinuidade pode representar o comprometimento total das metas traçadas pelos respectivos projetos e grave prejuízo ao erário em função dos montantes de recursos investidos.

2.1.6. A Embrapa Clima Temperado possui uma área ampla de campos experimentais e casas de vegetação em quatro bases físicas, as quais necessitam estar em condições adequadas de manejo e conservação para que os projetos de pesquisa sejam desenvolvidos plenamente e atinjam os objetivos propostos. As atividades de apoio às culturas desenvolvidas nos campos experimentais da Embrapa são repletas de detalhes e de controle de informações, demandando maior tempo e cuidados em relação às executadas em sistemas de cultivo comerciais. Os projetos de pesquisa são contínuos, crescentes e cada vez mais robustos, em sua maioria são programas de melhoramento. Os setores de campos experimentais da Unidade, que dão apoio à equipe de pesquisa, possuem, atualmente, um quadro restrito de empregados, grande parte deles com idade avançada e limitações de saúde. O número de Assistentes não tem sido suficiente para atender as demandas. Isso tem levado a uma precariedade nas condições de cultivo dos experimentos de nossa Unidade. Consequentemente, alguns têm sido prejudicados por falta de tratos culturais, devido a escassez de mão de obra.

#### 2.2. Previsão do objeto no Plano de Contratações Anual da Embrapa do ano de 2026

2.2.1 A pretensa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Embrapa Clima Temperado - CPACT (2026), aprovado pelo Conselho de Administração em sua 266ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18/12/2025, em observância à Resolução CGPAR nº 45/2022, o qual está publicado no portal da Embrapa, disponível no link: [https://datastudio.google.com/u/0/reporting/852f45c1-dd2f-4475-b29a-252777dd7d84/page/p\\_pywcw8njpd](https://datastudio.google.com/u/0/reporting/852f45c1-dd2f-4475-b29a-252777dd7d84/page/p_pywcw8njpd)

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Relação dos itens

3.1.1 – **Item 1:** Prestação de Serviços Rurais de Trabalhador Agropecuário em Geral (CBO 6210-05), para apoio à Pesquisa Agropecuária nas dependências dos Campos Experimentais da Sede da Unidade e da Estação Experimental da Cascata - EEC, estas localizadas na cidade de Pelotas/RS, conforme atividades descritas no item 3.2.1 deste Termo de Referência e, mais detalhadamente, no item 4.1.

Unidade: Homem/Posto.

Quantidade: 2 homens.

Abaixo a localização das bases físicas:

**a) Sede:** BR 392 KM 78, 9º Distrito, Monte Bonito, Pelotas/RS.

**b) Estação Experimental da Cascata (EEC):** BR 392 KM 88, 5º Distrito, Cascata, Pelotas/RS.

3.1.2 – **Item 2:** Prestação de Serviços Rurais de Trabalhador Agropecuário em Geral (CBO 6210-05), para apoio à Pesquisa Agropecuária nas dependências do Campo Experimental da Estação Experimental de Terras Baixas - ETB, esta localizada na cidade de Capão do Leão/RS, conforme atividades descritas no item 3.2.2 deste Termo de Referência e, mais detalhadamente, no item 4.1.

Unidade: Homem/Posto.

Quantidade: 2 homens.

Abaixo a localização da base física:

**a) Estação Experimental de Terras Baixas (ETB):** Avenida Eliseu Maciel, s/nº (Campus Universitário), Capão do Leão/RS.

**3.2 A prestação dos serviços referente ao objeto licitado será feita com base nas culturas pesquisadas, tipos de serviço, número de vezes que o serviço se repete no período de 12(doze) meses e tamanho da área, conforme as tabelas abaixo:**

3.2.1 Tabelas das culturas pesquisadas na Sede da Unidade e na Estação Experimental da Cascata - EEC

Tabela 1 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Pêssego, Nectarina e Ameixa.

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM PÊSSEGO, NECTARINA E AMEIXA		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial da área (capina)	2	10
Adubação	1	10
Podas (Verde)	2	10
Enxertia	1	5
Colheita (e coleta de amostras) e transporte dos frutos	1	10
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	0,5
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	0,5
Eliminação de plantas a campo e/ou telados, que estejam fora do escopo de pesquisa da unidade	1	0,5

Tabela 2 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Citros

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM CITROS		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Capina manual em áreas experimentais, e adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	0,5
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	0,5
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	0,5
Eliminação de plantas a campo e/ou telados, que estejam fora do escopo de pesquisa da unidade	1	1

**Tabela 3 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Batata**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM BATATA		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Capina manual em áreas experimentais, e/ou adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	1,5
Colheita e transporte dos tubérculos	2	0,5
Instalação de hidroponia	1	0,1
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	0,5
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	0,5

**Tabela 4 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Culturas Nativas e Pereiras**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM CULTURAS NATIVAS E PEREIRAS		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Plantio e replantio de mudas	1	0,2
Eliminação de plantas a campo e/ou telados, que estejam fora do escopo de pesquisa da unidade	1	3
Capina manual em áreas experimentais, e adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	3
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	0,2
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	0,2

**Tabela 5 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Morango e Pequenas Frutas**

<b>DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM MORANGO E PEQUENAS FRUTAS</b>		
<b>Serviços de Campo</b>	<b>Repetições/Período</b>	<b>Área (ha)</b>
Coleta de amostra de solo	1	1
Plantio e replantio das mudas e outros materiais propagativos	1	1
Adubação (áreas protegidas e campo)	1	1,5
Instalação de estrutura para plantio (campo e área de cobertura)	1	0,2
Cruzamento (emasculação e polinização)	2	0,2
Abertura e Fechamento de estufas (túneis e telados)	3	0,5
Colheita e transporte dos frutos	2	1,5
Tratos culturais (limpeza de plantas, retirada de flor e folhas)	2	1,5
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Capina manual em áreas experimentais, e adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	0,5

**Tabela 6 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Cana-de-Açúcar**

<b>DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM CANA-DE-AÇÚCAR</b>		
<b>Serviços de Campo</b>	<b>Repetições/Período</b>	<b>Área (ha)</b>
Adubação de cobertura e de manutenção	1	5,5
Colheita	1	5,5
Transplante de Mudanças	1	1
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	0,5

**Tabela 7 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Batata Doce**

<b>DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM BATATA DOCE</b>		
<b>Serviços de Campo</b>	<b>Repetições/Período</b>	<b>Área (ha)</b>
Coleta de amostra de solo	1	0,2
Capina manual em áreas experimentais, e/ou adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	0,2
Colheita e transporte	1	0,2

Adubação	2	0,2
Plantio e replantio das mudas e outros materiais propagativos	1	0,5
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	2	0,5
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	2	0,5

**Tabela 8 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Sistemas Biodiversos de Frutas de clima temperado**

<b>DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM SISTEMAS BIODIVERSOS DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO</b>		
<b>Serviços de Campo</b>	<b>Repetições/Período</b>	<b>Área (ha)</b>
Semeadura de plantas de cobertura - adubação verde	1	3
Controle de plantas espontâneas (capina)	2	3
Poda de produção, limpeza e formação	1	3
Adubação de manutenção	1	3
Adubação de produção	1	3
Colheita e transporte dos frutos	1	3

**Tabela 9 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Batata (EEC)**

<b>DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM BATATA (EEC)</b>		
<b>Serviços de Campo</b>	<b>Repetições/Período</b>	<b>Área (ha)</b>
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial de área (capina)	1	3
Adubação de base	1	3
Distribuição de calcário	1	3
Adubação de cobertura	1	3
Capina manual	1	3
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	3
Colheita e transporte dos tubérculos	1	3

**Tabela 10 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Morango (EEC)**

<b>DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM MORANGO (EEC)</b>		
<b>Serviços de Campo</b>	<b>Repetições/Período</b>	<b>Área (ha)</b>
Coleta de amostra de solo	1	1
Limpeza inicial de área (capina)	1	1



Adubação de base	1	1
Distribuição de calcário	1	1
Plantio e replantio das mudas	1	1
Adubação de cobertura	1	1
Capina manual	1	1
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	1
Seleção de Plantas	1	1
Colheita e transporte dos tubérculos	1	1

**Tabela 11 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Cebola (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM CEBOLA (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Limpeza inicial de área (capina)	1	1
Adubação de base	1	1
Distribuição de calcário	1	1
Plantio e replantio das mudas	1	1
Adubação de cobertura	1	1
Capina manual	1	1
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	1
Seleção de Plantas	1	1
Colheita e transporte dos bulbos	1	1

**Tabela 12 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Sistema Agroflorestal (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM SISTEMA AGROFLORESTAL (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1,5
Distribuição de calcário	1	1,5
Replantio das mudas	1	1,5
Adubação de cobertura	1	1,5
Capina manual	1	1,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	1,5

Manejo florestal (corte, poda e cobertura morta)	1	1,5
Colheita e transporte dos frutos	1	1,5

**Tabela 13 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Pequenas Frutas (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM PEQUENAS FRUTAS (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Distribuição de calcário	1	2
Plantio e replantio das mudas	1	2
Adubação de crescimento e cobertura	1	2
Capina manual	1	2
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	2
Colheita e transporte dos tubérculos	1	2

**Tabela 14 - Demanda de mão de obra para pesquisa em SPDH - Sistema de plantio direto de hortaliças (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM SPDH (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Limpeza inicial de área (capina)	1	1
Adubação de base	1	1
Distribuição de calcário	1	1
Plantio e replantio das mudas	1	1
Adubação de cobertura	1	1
Capina manual	1	1
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	1
Colheita e transporte das hortaliças	1	1

**Tabela 15 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Minhocultura (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM MINHOCULTURA (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Transporte de material orgânico para vermicompostagem	12	0,1
Revolvimento semanal do material em decomposição	12	0,1
Manejo (Irrigação, retirada de material decomposto, etc)	12	0,1
Distribuição do vermicomposto nas unidades de experimentais	12	0,1

**Tabela 16 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Milho (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM MILHO (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	4
Limpeza inicial de área (capina)	1	4
Adubação de base	1	4
Distribuição de calcário	1	4
Adubação de cobertura	1	4
Capina manual	1	4
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	4
Polinização	1	4
Seleção de Plantas	1	4
Colheita e transporte dos tubérculos	1	4
Beneficiamento dos grãos/sementes	1	4

**Tabela 17 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Feijão (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM FEIJÃO (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial de área (capina)	1	3
Adubação de base	1	3
Distribuição de calcário	1	3
Adubação de cobertura	1	3
Capina manual	1	3
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	3
Seleção de Plantas	1	3
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	3
Beneficiamento dos grãos/sementes	1	3

**Tabela 18 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Mandioca (EEC)**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM MANDIOCA (EEC)		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)

Coleta de amostra de solo	1	2
Limpeza inicial de área (capina)	1	2
Adubação de base	1	2
Distribuição de calcário	1	2
Adubação de cobertura	1	2
Capina manual	1	2
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	2
Seleção de Plantas	1	2
Colheita e transporte das manivas e rizomas	1	2
Plantio das manivas	1	2

### 3.2.2 Tabelas das culturas pesquisadas na Estação Experimental de Terras Baixas - ETB

**Tabela 19 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Arroz**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM ARROZ		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	8
Limpeza inicial da área (capina)	1	8
Adubação de base	1	8
Distribuição de calcário	1	8
Adubação de crescimento cobertura	1	8
Capina manual	1	8
Proteção e monitoramento contra o ataque de pássaros	1	8
Seleção de plantas	1	8
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	8
Roçada manual com gadanha	1	8
Rouging (retirada manual de plantas indesejadas)	1	8
Beneficiamento manual dos grãos/sementes	1	8

**Tabela 20 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Forrageiras**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM FORRAGEIRAS		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	10

Limpeza inicial da área (capina)	1	10
Adubação de base	1	10
Distribuição de calcário	1	10
Semeadura das forrageiras	1	10
Adubação de cobertura	1	10
Capina manual	1	10
Seleção das plantas	1	10
Rouging (retirada manual de plantas indesejadas)	1	10
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	10
Beneficiamento manual dos grãos/sementes	1	10

**Tabela 21 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Milho**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM MILHO		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	6
Limpeza inicial da área (capina)	1	6
Adubação de base	1	6
Distribuição de calcário	1	6
Semeadura	1	6
Adubação de cobertura	1	6
Capina manual	1	6
Polinização	1	6
Seleção de plantas	1	6
Rouging (retirada manual de plantas indesejadas)	1	6
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	6
Beneficiamento manual dos grãos/sementes	1	6

**Tabela 22 - Demanda de mão de obra para pesquisa em Soja**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA PESQUISA EM SOJA		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial de área (capina)	1	3

Adubação de base	1	3
Distribuição de calcário	1	3
Adubação de cobertura	1	3
Capina manual	1	3
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	3
Seleção de Plantas	1	3
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	3
Beneficiamento dos grãos/sementes	1	3

### 3.2.3 Tabelas das demandas gerais da Unidade

**Tabela 23 - Demanda de mão de obra para Casas de Vegetação**

DEMANDA DE MÃO DE OBRA PARA CASAS DE VEGETAÇÃO		
Serviços de Campo	Repetições/Período	Área (ha)
Capina ao redor das casas de vegetação	1	6
Arrumação interna das casas de vegetação	1	6
Enchimento de sacos de mudas	1	6
Plantio de mudas	1	6
Irrigação	1	6
Controle de pragas	1	6
Lavagem das estruturas	1	6
Outros tratos culturais	1	6

3.3 As Tabelas de 1 a 23 referem-se a um plano de serviços estabelecido para as culturas pesquisadas na Embrapa Clima Temperado, o qual poderá ser alterado em caso de necessidade.

## 4. DO CARGO, FUNÇÃO E ATIVIDADES

4.1 Para a execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes a categoria de ocupação código 6210-05 - Trabalhador Agropecuário em Geral, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, para o desempenho das atividades descritas na tabela 24 abaixo, as quais serão desempenhadas nos campos experimentais das bases físicas sediadas em Pelotas/RS e Capão do Leão/RS:

**Tabela 24 - Descrição analítica das atividades a serem desempenhadas pelos Trabalhadores Agropecuários em Geral**

1. Distribuir corretivos de solo;
2. Realizar colheitas, processamento de frutos ou raízes, extração e beneficiamento de sementes;
3. Realizar fertirrigação e adubação foliar;
4. Realizar instalação de plásticos de cobertura de solo;
5. Realizar a instalação, operação e manutenção de sistemas de irrigação;

6. Realizar a eliminação de plantas espontâneas nas casas de vegetação;
7. Preparo de mudas: preparo de substrato, enchimento de sacos ou tubetes, semeadura, enxertia e condução de mudas;
8. Cercamento de área de cultivo com arame liso ou cerca elétrica;
9. Classificar, embalar, rotular e armazenar produtos resíduos de pesquisa (grãos e frutos diversos e etc.);
10. Cobrir frutos e plantas e colher a produção;
11. Coletar amostras de solo para análise;
12. Colocar arames, cavar buracos para colocação de mourões e colocação de tramas.
13. Processar matérias primas para a fabricação no modo "on farm" de bioinsumos para usos experimentais;
14. Efetuar adubações de plantio e cobertura, auxiliando no transporte, mistura e distribuição de adubo;
15. Realizar semeadura manual de plantas de cobertura do solo;
16. Efetuar podas de fruteiras, desbastes, desfolhas e outros podas solicitadas;
17. Efetuar roçagens manuais (com foice ou estrovenga);
18. Classificar sementes, grãos e frutos;
19. Escolher e transplantar mudas;
20. Executar operações de carregamento, descarregamento e armazenamento de sacaria de fertilizantes, corretivos e substratos agrícolas;
21. Executar plantio e auxiliar no transporte de mudas, manivas e sementes para o campo;
22. Executar reparos de cercas;
23. Limpar e afiar ferramentas;
24. Limpar e lavar casas de vegetação para instalação de experimentos;
25. Montar viveiros e estufas, auxiliando na substituição de plásticos;
26. Plantar cercas vivas e eliminar ervas daninhas;
27. Realizar capinas com enxada;
28. Realizar polinizações para hibridações;
29. Realizar proteção de flores para autocruzamento ou proteção de pragas;
30. Reparar, limpar e preparar instalações, tais como ambientes protegidos e a campo;
31. Sulcar, covear e adubar o solo;
32. Zelar pela conservação das ferramentas e dos equipamentos.
33. Marcar áreas para plantio e semeadura de experimentos;
34. Auxiliar na operação de regulação de máquinas e implementos agrícolas;
35. Auxiliar no monitoramento e controle massal de pragas das frutíferas (com o uso de armadilhas de atrativos não tóxicos);
36. Proceder podas de limpeza e eliminação de partes doentes e frutos mumificados das fruteiras;
37. Auxiliar nos trabalhos necessários ao preparo das instalações da Embrapa Clima Temperado para eventos (Abertura oficial da Colheita do arroz, Dia de campo da Agroecologia, Semana do Leite, etc);
38. Colheita de plantas alternativas para a extração de óleos essenciais para uso como repelentes a pragas;
39. Manejo de minhocário experimental;
40. Coleta de leivas de solo para identificação de microbiota do solo;
41. Adubação orgânica dos solos através de distribuição de esterco curtido de diversas origens da pecuária;
42. Preparo e aplicação de biofertilizantes curtidos e caldas não tóxicas, tais como supermagro e calda bordalesa, através de pulverizador costal;
43. Cumprir as normas internas da Embrapa;
44. Cumprir todas as determinações emanadas do fiscal do contrato.

## 5. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

5.2 No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

5.3 O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

a) A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

b) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório e encaminhado ao gestor do contrato.

c) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

d) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos testes de campo e à entrega dos Manuais de Instruções exigíveis.

e) Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da INSEGES/MPnº5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

5.4 No prazo de até 03 (três) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Coordenador da Equipe de Execução.

5.5 O relatório circunstanciado do Coordenador da Equipe de Execução deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo e demais providências da sua competência.

5.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

5.8 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, notadamente com base nas Tabelas I e II deste Termo de Referência.

5.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

5.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **6. DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO**

6.1 O empregado da Contratada, independentemente da atribuição que execute, deverá observar o seguinte:

a) Cumprir a escala de prestação de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;

b) Apresentar-se uniformizado, durante toda a prestação do serviço, primando por sua aparência e asseio pessoal;

c) Manter-se atento no exercício de suas atribuições, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;

d) Comunicar à Administração todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio da Contratante;

e) Não preparar ou consumir refeições fora do horário próprio;

f) Utilizar Equipamentos de Proteção Individual e/ou Coletiva, sempre que necessários;

g) Impedir a utilização do local da prestação do serviço a guarda de objetos estranhos a ele, por parte de servidores alheios ao setor, de empregados ou de terceiros;

h) Executar as atividades próprias da sua atribuição, constantes do Termo de Referência e outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade;

i) Demonstrar educação, respeito, paciência, organização, capacidade de iniciativa, proatividade, afabilidade e urbanidade;

j) Agir com agilidade, prudência e bom senso.



## 7. DA FORMAÇÃO NECESSÁRIA E DOS REQUISITOS MÍNIMOS

7.1 Os profissionais contratados deverão possuir os requisitos mínimos de formação e experiência, conforme abaixo:

- a) Idade mínima: 18 anos;
- b) Escolaridade Mínima: 4º Ano Completo do Ensino Fundamental;
- c) Tempo de Experiência Mínimo: 1(um) ano.

## 8. DA JORNADA DE TRABALHO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 A contratada deverá prestar os serviços, quando solicitados, de segunda à sexta-feira, entre às 8h e às 17h, respeitando a jornada limite de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais de seus empregados. O horário de trabalho e o intervalo intrajornada, de 1 (uma) hora, poderão ser flexibilizados de acordo com as necessidades do serviço e o horário de expediente da Administração. Conforme a necessidade da Administração e as peculiaridades de cada unidade da Embrapa, os serviços poderão ser prestados nos domingos e/ou feriados, devendo a contratada respeitar o descanso semanal remunerado.

8.2 Quando houver feriados prolongados e horários especiais, para efeito de atividade da Instituição, conforme o objeto contratual estabelece, os serviços continuarão sendo executados no horário normal.

8.3 A Contratada deve gerenciar a sua equipe de trabalho no intuito de evitar que os trabalhadores extrapolem a sua jornada de trabalho.

8.4 A Contratada deverá elaborar e se responsabilizar pela escala de trabalho mais adequada às necessidades da Contratante na prestação dos serviços.

8.5 Considerando que a jornada de trabalho praticada pela Embrapa é de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, totalizando 200 (duzentas) horas mensais, os empregados disponibilizados para a execução dos serviços deverão observar essa mesma jornada. Para fins de composição dos custos da contratação, será adotado o piso salarial integral previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional aplicável, ainda que a jornada mensal efetivamente praticada corresponda a 200 (duzentas) horas, em observância às diretrizes vigentes da Administração Pública Federal relativas à jornada de trabalho dos empregados terceirizados e por representar condição mais benéfica aos trabalhadores, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações trabalhistas e convencionais pela Contratada.

## 9. DOS UNIFORMES, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) E KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

9.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com as atividades desempenhadas, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para os empregados;

9.2 Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante, devendo a Contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, antes da emissão da Ordem de Serviço para início das atividades, podendo ser solicitada a substituição dos itens que não corresponderem às especificações indicadas na tabela 25 do item 9.7;

9.3 Os conjuntos de uniformes e EPI's, deverão ser entregues aos empregados, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada ao Fiscal do Contrato da respectiva unidade;

9.4 Os itens do uniforme, considerados Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, constantes da NR6/MTE - deverão atender na íntegra da norma regulamentadora e a certificação de aprovação – CA expedida pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

9.5 A substituição dos EPI's necessários a cada profissional na execução dos serviços deste termo de referência ocorrerá conforme prevista na NR6/MTE;

9.6 A Contratada se obriga a, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, da respectiva unidade, apresentar cópia da relação de uniformes, substituídos, ao longo da execução contratual;

9.7 A Contratada é responsável pelo fornecimento de uniformes completos e EPI's aos seus empregados, cuja disponibilização terá que ser efetivada antes do início das atividades laborais, sendo 01 (um) conjunto completo para cada empregado, em conformidade com as tabelas 25 e 26 abaixo:

**Tabela 25 - Uniformes para o Trabalhador Agropecuário (CBO 6210-05)**

Descrição	Qtd / Trabalhador	Periodicidade
Calça de tecido de algodão (brim)	4 Unidades	12 meses
Camisa manga longa de tecido de algodão (tipo brim) com logotipo e nome da contratada	4 Unidades	12 meses

Descrição	Qtd / Trabalhador	Periodicidade
Camiseta de manga longa com logotipo e nome da contratada	6 Unidades	12 meses
Bonê tipo árabe de Tecido	2 Unidades	12 meses

**Tabela 26 - EPI's para o Trabalhador Agropecuário (CBO 6210-05)**

Descrição	Qtd / Trabalhador	Periodicidade
Bota de segurança, material PVC, tipo cano longo, tipo uso operário de campo, características adicionais com forro, antiderrapante, tamanho a confirmar	2 Pares	12 meses
Botina de Segurança	3 Pares	12 meses
Capa de chuva	4 Unidades	12 meses
Luva confeccionada em raspa de couro, sem forro, cano curto, tamanho G	1 Par	12 meses
Luvras de segurança Nitrílica.	1 Par	12 meses
Luvras de segurança multitalo tricotada com banho de PU	12 Pares	12 meses
Máscara respiratória Descartável PFF2	6 Unidades	12 meses
Óculos de proteção individual lente escura com proteção UVA/UVB, lente antiembaçante, tamanho único	3 Unidades	12 meses
Par de Perneira de segurança com couro até o joelho.	2 Pares	12 meses
Protetor Solar para raios UVA/UVB, fps 60. com repelente para insetos.	3 Frascos (200ml)	12 meses

9.8 Os uniformes previstos no subitem anterior deverão ser substituídos pela Contratada, respeitando a periodicidade prevista no mesmo, ou a qualquer tempo, independentemente da data de entrega dos mesmos, desde que não atendam às condições adequadas de apresentação, a partir de comunicação do Fiscal do Contrato da respectiva unidade;

9.9 O custo com os uniformes não poderá ser descontado, nem mesmo parcialmente, dos empregados da Contratada.

## 10. DO PREPOSTO

10.1. O Preposto é o representante da Contratada, aceito pela Administração, na execução do contrato, não admitindo-se que seja designado para tal um dos trabalhadores previstos no item 3 deste Termo de Referência. Ao Preposto cabe orientar a execução dos serviços, bem como, manter contato com o Fiscal do contrato, designado pela Contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações da Contratante e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

10.2 Entre as atribuições do Preposto estão as seguintes:

- Entregar e receber as folhas de ponto, contracheques, atestados e outros documentos que se fizerem necessários dos empregados alocados na prestação dos serviços;
- Receber orientação do fiscal do contrato designado pela Administração ou aquele que o estiver substituindo,

- c) Transmitir aos empregados alocados na prestação do serviço, orientações relacionadas à execução do serviço, bem como da conduta profissional;
- d) Ser responsável pela entrega dos uniformes aos empregados alocados na prestação do serviço, bem como encaminhar à fiscalização do contrato os comprovantes de entrega desses uniformes;
- e) Ser responsável pela entrega dos contracheques aos empregados alocados na prestação do serviço;
- f) Atender a solicitações da Contratante, bem como prestar as devidas informações referentes à quantidade e qualidade do material utilizado na execução do serviço;
- g) Cumprir e fazer cumprir, pelos ocupantes dos outros postos, as diretrizes e normas disciplinares da Administração, dentro dos limites impostos pelo contrato e pela legislação;
- h) Orientar e atentar para que os empregados deem a todas as pessoas, de forma indiscriminada, tratamento adequado, respeitoso e atencioso;
- i) Receber observações e determinações do fiscal do contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação dos serviços contratados.

## **11. RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS**

11.1. A contratada deve observar e cumprir todas as normas vigentes no que concerne ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e retenções da Previdência Social, assim como obrigações decorrentes de convenções ou acordos coletivos da categoria profissional que presta o serviço terceirizado contratado e normas de saúde e segurança do trabalho.

11.2 A contratada deve orientar e oferecer treinamentos aos seus empregados para observarem a legislação que regula o uso racional dos recursos naturais, fauna e flora, principalmente quanto ao corte, poda e retirada de vegetais.

11.3 Este Termo de Referência prevê o uso, pela contratada, de produtos biodegradáveis; e o uso, estritamente controlado, de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes.

11.4 Os materiais fornecidos pela contratada não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

11.5 A contratada deve adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água tendo em vista a maior economia possível, uma vez que tal postura, além de estar em total acordo com as boas práticas de gestão ambiental, proporciona redução de custos ao erário;
- d) realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, e sempre que contratar novos empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- f) realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados nos serviços prestados à Embrapa na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

11.6 Seguir, em todas as situações cabíveis, as recomendações contidas na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2 Iniciar, após recebimento de autorização de início da execução dos serviços, a prestação dos serviços nos locais e horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração; informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir conforme estabelecido.

12.3 Executar os serviços nos novos endereços em caso de mudança e/ou ampliação da estrutura da Embrapa.

12.4 Além das obrigações resultantes de dispositivos legais que regem a matéria de prestação de serviços, dos EPIs, uniformes, e demais acessórios para a perfeita execução dos serviços contratados, são obrigações da Contratada:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Obedecer a todos os preceitos previstos na NR - 31 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e apresentar, num prazo de 60(sessenta) dias após a assinatura do contrato de prestação de serviço, o Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural - PGRTR, conforme previsto no item 31.3 da referida norma.

c) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços;

d) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente, após comunicação por escrito emitida pela Contratante, podendo esta se dar através de qualquer meio eletrônico (e-mail ou similar), empregado que não satisfaça às condições mínimas requeridas para a natureza dos serviços contratados ou que demonstre comportamento inadequado, inconveniente e incompatível com o ambiente de trabalho ou contrário ao interesse do Serviço Público. Nesse caso, deverá ser apresentado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, novo empregado. Fica vedado o retorno daquele às dependências da Contratante, mesmo que para cobertura de licenças, dispensas, substituição ou férias;

e) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's (quando for o caso);

f) Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

h) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, através de seus prepostos;

i) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

j) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

k) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho (se houver disposição na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria), responsabilizando-se, também, pelas obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

l) Apresentar, trimestralmente ou quando solicitado pela contratante, para atender normas da Controladoria Geral da União – CGU, em formato Excel ou Calc, de acordo com modelo padrão específico a ser encaminhado pela Administração, relação dos trabalhadores alocados na execução do presente objeto.

12.5 No primeiro mês de prestação de serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, número da carteira de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição de pessoa física (CPF), com a indicação do preposto e dos responsáveis técnicos pelo serviço, quando for o caso;

b) Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

c) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);

d) Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhista e sociais decorrentes do contrato;

e) Comprovante assinado pelos empregados que na forma da legislação vigente, tenham feito opção pelo recebimento de Vale-transporte;

f) Comprovante de fornecimento de vale-alimentação de acordo com a legislação ou CCT;

g) Comprovação que ateste o recebimento de equipamento de proteção individual (EPI);

h) Cópia das certidões de nascimentos ou documentação relativa ao (s) equiparado (s) ou inválido (s) e a ficha de salário-família.

12.6 Os documentos mencionados no subitem 12.5 deverão ser apresentados para cada novo empregado, que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregado no curso do contrato de prestação de serviço deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que exige quando do encerramento do contrato administrativo.

12.7 Entregar mensalmente, juntamente a nota Fiscal/Fatura, e a qualquer momento, por solicitação do Fiscal do Contrato:

I. Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) cópia do Comprovante de Declaração à previdência Social;

b) cópia da Guia da Previdência – GPS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

II. Recolhimento do FGTS comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

III. folha de pagamento de salários do mês anterior;

IV. recibo/comprovante de pagamento de salários, correspondente ao mês da nota fiscal/fatura apresentada;

V. recibo/comprovante do fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível, correspondente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços a que se refere à nota fiscal/fatura;

VI. aviso de férias, devidamente pagas, juntamente o adicional de férias, na forma da lei, correspondente ao mês da nota fiscal/fatura;

- VII. encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a Relação anual de Informações sociais – RAIS, e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, quando couber;
- VIII. cópia do controle de ponto dos empregados, por folha de ponto, por ponto eletrônico ou por outro meio, que não seja padronizado, em consonância com a Súmula 338/TST, correspondente ao mês da nota fiscal/fatura;
- IX. documento que comprove a concessão de aviso prévio, se houver trabalhado, trabalhado ou indenizado seja por parte da empresa ou por parte do trabalhador.
- X. recibo de entrega da Comunicação da Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro-Desemprego, nas hipóteses cabíveis para concessão do referido benefício (na ocorrência de dispensa sem justa causa, por exemplo);
- XI. cópia de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), periódico, retorno, alteração (mudança de função) ou demissional;
- XII. Salário-família (comprovante de frequência escolar, para crianças de 07 a 14 anos).

12.8 O prazo para pagamento da nota fiscal ou fatura ficará suspenso enquanto a Contratada não apresentar toda a documentação prevista no item 12.7.

12.9 O atraso no pagamento, motivado pela suspensão prevista no subitem 12.8, não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares, nem das obrigações sociais e trabalhistas.

12.10 Entregar, quando solicitado pela Administração, qualquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- b) Cópia de folha de pagamento analítica de qualquer mês de prestação dos serviços em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante.
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês de prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovante de realização de eventuais cursos e treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

12.11 Comprovar, quando da rescisão contratual ou da extinção do contrato, através dos documentos abaixo relacionados, em até 10 (dez) dias o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, até que ocorra tal comprovação, a Contratante reterá a garantia prestada:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de trabalho, devidamente homologado, quando o trabalhador tiver mais de um ano prestando serviços na empresa;
- b) Documento que comprove a concessão de aviso prévio trabalhado ou indenizado seja por parte da empresa, seja por parte da empresa ou por parte do trabalhador;
- c) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro-Desemprego, nas hipóteses cabíveis para a concessão do referido benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- d) Cópia de Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFS), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado;
- e) Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

12.12 Indicar quando da assinatura do contrato o endereço, telefone fixo, e-mail e celular de contato da sede da empresa ou do escritório que a representará;

12.13 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

12.14 Não contratar empregado para prestar serviços para a Contratante que seja familiar nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010;

12.15 Atender prontamente a todas as reclamações e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, disponibilizando as informações dentro do prazo máximo de 48 h (quarenta e oito horas);

12.16 Substituir o empregado faltoso, bem como o que não se apresentar devidamente uniformizado e com crachá, observando a qualificação necessária e o horário cumprido;

12.17 Instruir o empregado quanto à necessidade de acatar as orientações do fiscal da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas Regimentais e Disciplinares e de Segurança e Medicina do Trabalho sem, contudo, caracterizar ou manter qualquer vínculo empregatício com a Contratante;

12.18 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgados necessários a seu esclarecimento;

12.19 A Contratada deverá zelar pela ordem, disciplina, moralidade e boa conduta dos seus empregados em serviço, substituindo aqueles cuja permanência seja considerada (inconveniente) incompatível com os critérios ora estabelecidos, assumindo, em consequência, todas as obrigações decorrentes. Atender, de imediato, as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação do serviço, nos exatos termos aqui determinados;

12.20 Manter vínculo empregatício formal e expresso com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para

com esses encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensinará a rescisão do mesmo, caso a Contratada, uma vez notificada, para regularizar as pendências, permaneça inadimplente. Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre a Contratante e os empregados que a Contratada fornecer para execução dos serviços;

12.21 Observar a Normas de Segurança e Medicina do Trabalho disponibilizando todo o material necessário à boa e regular execução dos serviços, incluindo EPI's, aprovados pelo INMETRO e com o devido certificado de aprovação (CA) atualizado, conforme a exigência de cada função e posto de trabalho, mantendo ficha de controle de fornecimento de EPI;

12.22 Providenciar, a suas expensas, a realização e apresentação de laudo pericial, em até de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, assinado por profissional competente e devidamente registrado no MTE, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), atestando se a atividade contratada é ou não insalubre e caso afirmativo qual o grau da insalubridade. Na hipótese da não realização do laudo pericial ou a não apresentação no prazo supracitado, atestando a insalubridade, a Contratada não fará jus a nenhuma espécie de ressarcimento, pagamentos, indenização ou verbas trabalhistas, judiciais ou extrajudiciais, advindas da execução das obrigações contidas neste item ou nas demais obrigações.

12.23 Pagar rigorosamente, dentro do prazo estabelecido pela Convenção Coletiva adotada e, sendo esta omissa, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do efetivo serviço prestado, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os respectivos encargos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações;

12.24 Fornecer aos seus empregados auxílio-transporte, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e perfeito desempenho de suas atividades e de acordo com a legislação vigente;

12.25 Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Contratante;

12.26 Não utilizar o nome da Contratante, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos sob pena de rescisão do presente contrato;

12.27 Não oferecer o contrato firmado em garantia de operações de crédito bancário.

12.28 Credenciar, junto ao setor competente da Contratante, empregados do seu quadro Administrativo para, em dias e locais definidos e em horários que não comprometam a execução dos serviços, entregar aos empregados benefícios, documentos e outros itens de responsabilidade da Contratada;

12.29 Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Embrapa, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

12.30 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

12.31 Cumprir as normas e regulamentos internos da Contratante;

12.32 Disponibilizar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as informações solicitadas pela Contratante;

12.33 Manter os funcionários sujeitos às normas disciplinares da Embrapa, porém sem qualquer vínculo empregatício com ela.

12.34 Manter seus funcionários, quando em trabalho, devidamente uniformizados e portando crachá com foto recente;

12.35 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.36 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

12.37 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados no recinto da Contratante, assumindo a inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da mesma ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados;

12.38 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

12.39 Submeter à fiscalização do contrato a relação de empregados, inclusive substitutos eventuais, acompanhada da respectiva identificação;

12.40 Nomear Preposto, aceito pela Administração, responsável por representar a empresa, orientar a execução dos serviços, e manter diálogo com o fiscal indicado pela Contratante;

12.41 Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

12.42 Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou preposto, na área de prestação dos serviços;

12.43 Comunicar verbal e imediatamente, ao gestor do contrato, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, transcrever a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias necessários ao esclarecimento dos fatos.

12.44 Cumprir as instruções complementares do gestor do contrato, quanto à execução e horário de realização dos serviços, bem como da permanência e circulação de seus empregados nos prédios da Embrapa.

12.45 Apresentar substituto(s) ao(s) empregado(s) faltoso(s) em até 02 (duas) horas após a comunicação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;

12.46 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal

súbito.

12.47 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Embrapa e da administração pública federal.

12.48 Instruir seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências da Embrapa.

12.49 Fazer seguro de seus empregados, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

12.50 Prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato em favor da Embrapa.

a) Não serão aceitas garantias que excluam verbas trabalhistas, INSS e FGTS.

b) Por ocasião das atualizações contratuais, a garantia prestada será obrigatoriamente atualizada.

12.51 A execução completa de cada parcela do contrato só acontecerá quando a contratada comprovar o adimplemento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada, além de executar as tarefas e atividades estabelecidas.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 A Contratante obriga-se a permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços;

13.2 Prestar as informações e os esclarecimentos, referentes aos serviços contratados, que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

13.3 Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços;

13.4 Efetuar o pagamento nas condições contratuais estabelecidas;

13.5 Analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela contratada pelos serviços efetivamente prestados. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, a Contratada será informada para que realize a devida correção e/ou complementação. A nova contagem dos prazos para análise, ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;

13.6 Exercer a fiscalização do serviço, por meio de servidores especialmente designados, procedendo ao ateste das respectivas notas fiscais, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

13.7 Indicar as áreas onde os serviços serão prestados;

13.8 Solicitar à Contratada, as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

13.9 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;

13.10 Formalizar, por escrito, as solicitações de substituição imediata de empregados nos postos de serviço, quando não atendidas verbalmente, e enviá-las à Contratada pelos meios de comunicação e disponibilizados por essa.

13.11 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

13.12 Não exercer atos de ingerência na administração da Contrata, a exemplo de:

a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à atividade específica para a qual o trabalhador foi designado;

e) Considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

f) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

g) Conceder aos trabalhadores da contratada, direitos tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros; desde que não afete os serviços essenciais.

13.13 Na inexistência de outra regra contratual, por ocasião da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.14. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

13.15 A contratante fornecerá as ferramentas manuais necessárias às atividades que serão desempenhadas pelos trabalhadores rurais contratados.

#### **14. CONTA DEPÓSITO VINCULADA**

14.1 Para atendimento ao disposto no artigo 18 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, as regras acerca da conta depósito vinculada a que se refere o Anexo XII da referida instrução são as estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2 A contratada deve autorizar a Embrapa, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.3 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Embrapa (como, por exemplo, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados perante a Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

14.4 A Embrapa providenciará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da licitante contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Embrapa em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no subitem 1.5 do Anexo VII-B da referida instrução.

14.5 O montante dos depósitos da conta depósito vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da Embrapa e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e um terço constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

14.6 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

14.7 O saldo da conta depósito vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre Embrapa e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

14.8 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta depósito vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à licitante que vier a prestar os serviços.

14.9 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta depósito vinculada, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.10 A contratada poderá solicitar a autorização da Embrapa para utilizar os valores da conta depósito vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no subitem 14.5 ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

14.11. Na ocorrência da hipótese descrita no subitem 14.10, a contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Embrapa, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta depósito vinculada, que será encaminhada à instituição financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela contratada.

14.12. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

14.13. A contratada deverá apresentar à Embrapa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito vinculada será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

#### **15. VIGÊNCIA**

15.1 A vigência dar-se-á a partir da data estipulada na publicação do extrato no Diário Oficial da União, pelo período de 12 (doze) meses,



podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério da Embrapa, nos termos do artigo 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

## **16. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

16.1 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente através de fiscal designados, podendo para isso:

- a) Ordenar a retirada imediata do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- b) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados comprovando a veracidade do registro de função profissional;
- c) Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;
- d) O Fiscal exercerá controle à execução dos serviços contratados, dando ciência à Contratada para imediata regularização das faltas ou defeitos observados.

16.2 Compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições:

- a) Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- b) Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;
- c) Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos de prestação de serviço quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- d) Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e
- f) Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.4 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas à área responsável pelos Contratos de Serviços Terceirizados da Embrapa e ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;

16.5 A Contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços por ela executados, objetivando proceder a eventuais substituições de funcionário, dando ciência prévia ao Fiscal do Contrato.

16.6 Além do disposto neste Termo de Referência, a fiscalização contratual dos serviços continuados observará o disposto no Anexo VIII-A e VIII-B, da IN 05/2017.

16.7 O preço a ser fixado em contrato para realização dos serviços objeto deste Termo de Referência se referirá à prestação dos serviços com a máxima qualidade. Portanto, a execução contratual que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade, importará no pagamento proporcional ao serviço realizados.

16.8 Somente no mês em que ocorrer eventual falha e/ou descumprimento contratual que afete a qualidade da prestação dos serviços da contratada, o Fiscal do Contrato apresentará a Contratada, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, as imperfeições que ocorreram na prestação dos serviços, utilizando-se das tabelas 29 e 30 do subitem 19.27.

16.9 Diante das imperfeições na prestação dos serviços, o fiscal do contrato promoverá a tabulação dos mesmos, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual, reduzindo o valor da fatura do mês referente, utilizando-se das tabelas 29 e 30 do subitem 19.27.

16.10 Tais ajustes visam assegurar à contratante e à contratada o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução.

## **17. DOS REQUISITOS DO INDIVÍDUO PARA SER EMPREGADO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

17.1 O indivíduo recrutado pela Contratada, isto é, em seu nome, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designado para a execução dos serviços, deverá atender, dentre outros, os seguintes requisitos mínimos:

- a) O contratado pela licitante vencedora deverá possuir como escolaridade mínima exigida neste Termo de Referência;
- b) Para o pleno desempenho das atividades, deverá possuir experiência comprovada, conforme exigida neste Termo de Referências, registrado na CTPS, na função para a qual está sendo contratado;

- c) Ter qualificação para o exercício das atividades que lhe foram confiadas;
- d) Ser pontual e assíduo ao trabalho;
- e) Ter bons princípios de urbanidade;
- f) Apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá;
- g) Pertencer ao quadro de empregados da Contratada.

## 18. VALOR ESTIMADO PARA O CERTAME

**Tabela 27 - Descrição dos postos de trabalho, quantidades e valores**

DESCRIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO				
Item	Descrição do Posto de Trabalho	Qtd	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Trabalhador Rural para Sede UD e EEC (Pelotas/RS)	2	SIGILOSO	SIGILOSO
2	Trabalhador Rural para ETB (Capão do Leão/RS)	2	SIGILOSO	SIGILOSO
Valor Total Mensal (R\$)				SIGILOSO
Valor Total para 12 Meses (R\$)				SIGILOSO

18.1 O valor estimado para os 12 (doze) meses de contratação é de **VALOR SIGILOSO**.

18.2 A Planilha de Custos e Formação de Preços utilizada para a estimativa do valor deste certame se encontra anexa a este Termo de Referência (**Anexo I**), seguindo o modelo indicado na Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, assim como as orientações previstas no Referencial Técnico de Custos, 4ª Edição, da Auditoria Interna do Ministério Público da União.

18.2.1 Considerando a possibilidade de prorrogação do futuro contrato, prevista no item 15 deste Termo de Referência, foram incluídos no valor estimado os custos relativos à **Provisão para Rescisão** e à **Reposição de Profissional Ausente**. Todavia, caso o contrato seja encerrado dentro dos primeiros 90 (noventa) dias de vigência inicial, tais eventos deverão ser desconsiderados, devendo ser realizado o recálculo correspondente a esse período, contemplando apenas os custos efetivamente incorridos.

18.3 A planilha citada no item 18.2 servirá de modelo para a proposta que deverá ser apresentada pela licitante, conforme previsto no Anexo II do Edital.

18.3 A(s) Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho (CCT) pertinente(s) ao objeto da licitação e utilizada(s) pela Embrapa para compor seu preço de referência é(são):

**Tabela 28 - Informações sobre a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT**

Abrangência	Vigência	Sindicato
Pelotas/RS, Capão do Leão/RS e região	01.02.2026	FEDERACAO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n.23.980.811/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO CEZAR BRANDTLARROSA; e
	a	SINDICATO RURAL DE PELOTAS, CNPJ n. 87.442.380/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AUGUSTO DA MATTA RASSIER;
	31.01.2027	SINDICATO RURAL DE CAPÃO DO LEÃO, CNPJ n. 91.565.077/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSÉ ROBERTO BRITTO SEDREZ;

18.4 Quanto ao vale-transporte, a licitante deverá observar o valor do transporte público previsto no decreto de cada município. Em relação a quantidade de vales, tendo em vista a localização e as linhas de transporte público disponível para cada local nas suas respectivas cidades, a licitante deverá considerar 4 (quatro) vales transporte por dia útil de trabalho.

18.5 Quanto ao salário utilizado para o cálculo da planilha de custos, a licitante deverá observar o valor do salário base integral previsto na CCT descrita na Tabela 28 do item 18.3, mesmo que os trabalhadores venham a atuar por 200 (duzentas) horas mensais.

18.6 Considerando para fins de repactuação, deverá ser comprovado a majoração do custo do transporte.

## 19. PENALIDADES

19.1 Comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa:

I – deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao edital, mesmo após prazo concedido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados;

II – salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

III – não celebrar o contrato, recusando-se injustificadamente a assiná-lo, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V – fraudar a licitação;

VI – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

VII – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) multa;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.5 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada:

a) pelo prazo máximo de 1 (um) ano, ao responsável pela ocorrência das infrações

administrativas relacionadas nos incisos I, II ou III do subitem 19.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) pelo prazo de 2 (dois) anos, ao responsável pela ocorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do subitem 19.1.

19.6. Qualquer conduta não prevista no subitem 19.1 deste edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no artigo 83, III, da Lei nº 13.303, de 2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos subitens 19.10 a 19.22 deste edital.

19.7. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas no subitem 19.1, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento:

I – Notificará a licitante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção.

II – Após manifestação da licitante, o pregoeiro reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração.

III – Caso o pregoeiro conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (chefe-adjunto de administração da Embrapa Clima Temperado), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), caso conclua pela materialidade da infração.

19.8. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando aferir a culpabilidade da apontada infratora.

19.9. A instauração do PAA deve ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

- a) todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;
- b) decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA;
- c) edital cujas disposições foram infringidas;
- d) os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

19.9.1. Instaurado o PAA, deve ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da apontada infratora;
- b) número e objeto do contrato ou edital a que se refere;
- c) finalidade da intimação;
- d) indicação dos fatos e fundamentos legais e, ou, disposições do edital descumpridas;
- e) possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;
- f) informação quanto ao prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua defesa prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos

termos do artigo 83, § 2º, da Lei nº 13.303, de 2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

g) orientações para que a licitante apontada como infratora habilite-se no processo administrativo instaurado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Embrapa, o prazo no qual deverá estar habilitada e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

h) informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa.

19.9.2. A licitante apontada como infratora terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

19.9.3. A licitante apontada como infratora deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

19.9.4. É ônus da licitante apontada como infratora manter atualizado, perante a Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

19.9.5. À licitante apontada como infratora incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

19.9.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pela licitante apontada como infratora quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

19.9.7. Após a apresentação da defesa prévia pela licitante apontada como infratora, a autoridade competente manifestar-se-á sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade da licitante, fundamentadamente.

19.9.8. Após a análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

19.10. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente, mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

19.11. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade da licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I – atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II – agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

19.11.1. No concurso de agravantes e atenuantes, a autoridade competente aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

19.11.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela autoridade competente, quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no subitem 19.11.

19.12. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem a licitante infratora da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

19.13. Além dos fundamentos, a decisão que importar na aplicação de sanção conterá:

a) a penalidade aplicada, conforme estabelecido no edital;

b) a forma de execução da penalidade e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

c) a informação quanto ao prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de recurso;

d) a informação de que a não apresentação de recurso ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

19.14. Proferida a decisão no âmbito do PAA, a licitante infratora será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência da interessada. A notificação sobre a decisão poderá ser dispensada, caso a licitante infratora acesse seus termos no PAA, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

19.15. Poderá a licitante infratora, por ocasião da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

19.16. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da decisão recorrida (chefe-adjunto de administração da Embrapa Clima Temperado), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

19.16.1. Se a reforma da decisão agravar a situação da recorrente, esta deverá ser cientificada para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

19.16.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (chefe-geral da Embrapa Clima Temperado).

19.16.3 O chefe-geral da Embrapa Clima Temperado poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

19.16.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

19.16.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

19.16.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

19.16.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte do chefe-geral da Embrapa Clima Temperado, a licitante infratora deverá ser notificada de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro

meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência da interessada.

19.16.8. Caso a licitante penalizada não seja encontrada ou não confirme o recebimento da intimação, a decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

19.16.9. Após a decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

19.17. A licitante sancionada com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

19.18. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (chefe-adjunto de administração da Embrapa Clima Temperado), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (taxa SELIC).

19.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

19.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

19.21. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela autoridade recorrida ou pela autoridade imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

19.22. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, e do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

19.23. As penalidades referentes à inexecução do contrato estão estabelecidas na minuta de contrato, conforme instrumento de contratação em anexo ao edital, podendo, ainda, constar neste Termo de Referência, a exemplo, mas não limitado ao disposto nos subitens 19.26 a 19.29.

19.24. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

19.25. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

19.26. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Embrapa, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à licitante contratada as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - multa de:

a. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Embrapa, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 16 e 17; e

e. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Embrapa a promover a rescisão do contrato.

19.27. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 16 e 17:

**Tabela 29 - Grau de correspondência a gravidade de infração**

Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 30 - Descrição gravidade da infração**

Grau	Descrição da Infração	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	6
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	6
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	5
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Embrapa, por empregado e por dia;	3
6	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou sem crachá, por evento e por dia	1
7	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, por evento;	3
8	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por evento;	2
9	Utilizar as dependências da Embrapa para fins diversos do objeto do contrato, por evento;	5
10	Entregar com atraso a documentação exigida no Edital e em seus anexos, por documento e por dia;	1
11	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no Edital e em seus anexos, por evento e por dia;	1
12	Permitir que seus funcionários mantenham disciplina e conduta incompatíveis com o ambiente de trabalho, na forma em que detalhada no Termo de Referência e Minuta de Contrato, por evento;	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
15	Substituir, sempre que exigido pela Embrapa e independente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados contrários ao interesse público, por funcionário e por dia;	1
16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
17	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
18	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada;	1
19	Cumprir quaisquer obrigações fixada no edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas;	1
20	Manter a documentação de habilitação atualizada, por documento e por dia de atraso;	2
21	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela gestão/fiscalização, por evento e por dia de atraso;	2
22	Cumprir determinação da gestão/ fiscalização para controle de acesso de seus funcionários, por evento e por dia de atraso;	1
23	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário faltoso e por dia;	2

Grau	Descrição da Infração	Grau
24	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia de atraso;	4
25	Entregar o uniforme aos funcionários de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e contrato, por dia de atraso;	1
26	Apresentar, quando e no prazo solicitado, documentação fiscal, trabalhista ou previdenciária, entre outras previstas no edital e anexos, por dia de atraso;	2
27	Prestar garantia contratual no prazo fixado em contrato, por dia de atraso.	6

19.28. As sanções administrativas aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

19.29 O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global, o que ensejará a sua rescisão.

## 20. ATOS LESIVOS À EMBRAPA

20.1 Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a licitante estará sujeita às sanções estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

20.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração de uma das condutas tipificadas no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da referida lei.

20.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 2016, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a licitante também estará sujeita a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

20.4 A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

20.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

20.6. A licitante sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

20.7. A publicação a que se refere o subitem 22.6 será feita a expensas da licitante sancionada.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pela licitante, com ou sem a participação de agente público.

20.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846, de 2013, e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações.

20.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

20.11. As disposições do item 20 são aplicáveis quando a licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 12.846, de 2013.

## 21. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1 Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

## **22. REPACTUAÇÃO**

22.1 A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, será utilizada na presente contratação de serviços continuados, desde que seja observado o interregno mínimo de 1(um) ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra (folha salário) e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos, de acordo com o artigo 12 do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e artigo 54 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

22.2. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, sendo assegurado à contratada receber pagamento, desde que mantida as condições efetivas da proposta.

22.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

22.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa deverá repassar o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

22.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação terá início a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quanto a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas bases destes instrumentos.

22.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

22.7. As repactuações envolvendo mão de obra (folha salário) serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

22.8. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

22.9. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser exarada no prazo máximo de 60(sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

22.10. O prazo referido no subitem 24.9 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Embrapa para a comprovação da variação dos custos.

22.11. A Embrapa poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

22.12. As repactuações, a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

22.13. A contratada deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a Embrapa, a partir do 3º (terceiro) dia da data do depósito, e desde que devidamente registrado, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, do acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente.

22.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra;
- b) em data futura, desde que acordada entre a Embrapa e a contratada, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;
- d) os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.15. Se a contratada não exercer de forma tempestiva seu direito à repactuação, no prazo estabelecido neste item e, por via de consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar em relação ao último acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa.

22.16. Nas situações a seguir relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de repactuação, ou por interesse da Embrapa, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de repactuação pretérita com efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de



trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria:

- a) o acordo ou convenção coletiva de trabalho não tiver sido depositado até a data da prorrogação contratual;
- b) o acordo ou convenção coletiva de trabalho for depositado, ou procedida à solicitação de repactuação, em data próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento da repactuação poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação;
- c) qualquer outra situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de repactuação não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da Embrapa.

22.17. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.18. As repactuações não interferem no direito da Embrapa e da contratada de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22.19. De acordo com o disposto no artigo 6º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, a Embrapa não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

## 23. REAJUSTAMENTO DOS CUSTOS

23.1 O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação de serviços continuados, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data limite para apresentação das propostas para o objeto deste instrumento, em relação aos custos com insumos (uniformes) e necessários à execução do serviço.

23.2. Será considerado como índice inicial o da data da apresentação da proposta, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994, e Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001):

$$R = \frac{V(I - I^0)}{I^0}$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços;

I = Índice relativo ao mês do reajuste;

I<sup>0</sup> = Índice inicial: refere-se ao Índice de custos de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação.

23.3. O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

23.4. O reajuste para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o artigo 37, XXI, da Constituição Federal, sendo assegurado à contratada receber o pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta.

23.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas ao objeto deste instrumento, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes dos insumos e materiais necessários à execução do serviço.

23.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

23.7. Os reajustes serão precedidos, obrigatoriamente, de solicitação da contratada, acompanhada de memorial de cálculo e da apresentação da planilha de custos e formação de preços, conforme for a variação de custos objeto do reajuste.

23.8. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser exarada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

23.9. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento ou aditamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

23.10. O prazo de 60 (sessenta) dias, referido no subitem 23.8, ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Embrapa para a comprovação da variação dos custos.

23.11. A Embrapa poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

23.12. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

23.13. A contratada deverá exercer o direito ao reajuste, pleiteando o reconhecimento deste perante a Embrapa desde a data do aniversário da apresentação da proposta até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme restou determinado para a repactuação, uma espécie de reajuste, nos Acórdãos TCU nºs 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, Parecer AGU JT - 02, aprovado pelo Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009.

23.14. Se a contratada não exercer de forma tempestiva seu direito ao reajuste, no prazo estabelecido neste item e, por via de consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear o respectivo reajuste, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste em relação ao último aniversário da data da apresentação da proposta, em consonância com entendimento do TCU manifestado nos Acórdãos nºs 1.240/2008 e 1.470/2008, ambos do Plenário.

23.15. Nas situações a seguir relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de reajuste, ou por interesse da Embrapa, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de reajuste pretérito com efeitos financeiros desde a data de aniversário da apresentação da proposta:

- a) o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado, ou procedida à solicitação de reajuste em data muito próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento do reajuste poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação;

b) qualquer outra situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse.

23.16. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas do interregno mínimo de 1 (um) ano da data de ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste, ou seja, do aniversário da data limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com insumos e materiais necessários à execução do serviço.

23.17. Os efeitos financeiros do reajuste deverão ocorrer exclusivamente para os itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

23.18. Ao reajuste não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

## 24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

24.1 São exigidos os seguintes documentos para demonstração da qualificação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

c) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

d) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

e) declaração da licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo anexo ao edital, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a administração pública e, ou, com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido da licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "d", observados os seguintes requisitos:

e.1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

e.2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deverá apresentar justificativas;

f) certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

24.1.1. A certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial e a certidão negativa de execução patrimonial sem prazo de validade serão consideradas válidas, pela Embrapa, pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua emissão. A licitante que esteja em recuperação judicial deve apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

24.1.2. No caso de sociedade constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

24.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato ou estatuto social.

24.1.4. Em se tratando de licitante constituída como cooperativa, se permitida a sua participação no certame, os documentos de qualificação econômico-financeira devem ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

24.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

24.1.6. A licitante que apresentar Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) por ocasião da habilitação deve comprovar, considerados os riscos para a Embrapa, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

24.1.7. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1 (um) não atenda as condições do subitem anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; ou fiança bancária.

24.1.8 Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação no certame, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

- a) será acrescido em 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação;
- b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

24.1.9 O acréscimo de que trata o subitem 24.1.8 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

24.1.10. Microempresas e empresas de pequeno porte devem atender a todas as exigências de habilitação previstas no edital.

24.1.11. Para as microempresas e empresas de pequeno porte que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e artigo 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538, de 2015.

24.1.11.1. Para aplicação do disposto no subitem 24.1.11, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

24.1.11.2. A prorrogação do prazo constante do subitem 8.20.11 do Edital pode ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

24.1.11.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.20.11 implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Embrapa convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **25. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

25.1 Requisitos da Capacitação Técnico-Operacional:

- a) comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste pregão, por intermédio de atestado ou declaração em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou os serviços objeto desta licitação com um número igual ou superior a 04 (quatro) postos de trabalho;
- b) declaração de que a licitante possui ou instalará escritório, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de início de vigência do contrato, no raio de até 30km (trinta quilômetros) da Sede da Embrapa Clima Temperado situada em Pelotas/RS.

25.2. Para a comprovação do disposto na alínea "a" do subitem 25.1, será aceito o somatório de atestados que comprovem que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

25.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem 25.2, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

25.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a única contratação.

25.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

25.6. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

25.7. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral, desde que na criação da subsidiária tenha havido transferência parcial de patrimônio e de pessoal da controladora. (Acórdão 4936/2016 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

25.8. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a entidade atestante.

## **26. CONTRATAÇÃO**

26.1 A Embrapa convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

26.2. Havendo recusa de assinatura do contrato, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar as licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, para negociação e possível adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

26.3. As condições previstas no edital, incluindo este termo de referência, integrarão o contrato a ser firmado independente de transcrição.

26.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do ajuste.

26.5. A assinatura do contrato será precedida dos seguintes atos:

- a) solicitação da Embrapa, mediante ofício, de abertura de conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da licitante a ser contratada, das provisões realizadas pela Embrapa para o pagamento dos encargos trabalhistas;
- b) assinatura, pela licitante a ser contratada, no ato da regularização da conta depósito vinculada, de termo de autorização da instituição financeira oficial que permita à Embrapa ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.

## **27. GARANTIA CONTRATUAL**

27.1 Será exigida a prestação de garantia pela licitante a ser contratada, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia; ou
- c) fiança bancária.

27.2. O prazo para apresentação da garantia será definido pela Embrapa, após a licitação e antes da assinatura do contrato, na convocação que será feita à licitante vencedora.

27.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da proposta por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

27.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Embrapa a desclassificar a proposta e convocar a próxima licitante na ordem de classificação para a assinatura do contrato.

27.5. Se, por algum motivo, a assinatura do contrato ocorrer antes da apresentação da garantia, esta deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura.

27.6. Caso a garantia não seja apresentada nesse prazo, a Embrapa fica autorizada a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

27.7. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, e deverá ser renovada em caso prorrogação contratual.

27.8. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Embrapa ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Embrapa à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

27.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 27.8, observada a legislação que rege a matéria.

## **28. RESCISÃO CONTRATUAL**

28.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 162 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (versão revisada nº 2 da Norma nº 037.011.003.001).

## **29. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

29.1 A licitante poderá vistoriar os locais de execução dos serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da abertura da sessão pública deste pregão, perante o Setor de Campos Experimentais, pelos telefones (53) 3275-8202 (Sede - falar com Fernanda Quintanilha Azevedo), (53) 3275-8608 (EEC - falar com Marcos Antônio Martins Pereira) e (53) 3275-8446 (ETB - falar com Júlio Amado Peres Bicca); ou e-mail [cpact.sps@embrapa.br](mailto:cpact.sps@embrapa.br), no horário de 08:00 às 11:00 horas pela manhã, e das 14:00 às 16:00 horas pela tarde.

29.2. Caso a licitante não venha a efetuar a vistoria, correrá por sua própria conta e risco a elaboração de sua proposta, não cabendo alegações de inexequibilidade da proposta por desconhecimento das áreas onde os serviços serão executados.

## **30. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

30.1 O processo de contratação observará as normas e procedimentos administrativos do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC), Norma nº 037.011.003.001, publicado em 28/03/2024 no BCA Nº 16; da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Decreto nº 12.174, de 11 de dezembro de 2024; da Instrução Normativa do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/ME) nº 73, de 30 de setembro de 2022; da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 3, de 26 de abril de 2018; da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017; da Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) nº 1, de 19 de janeiro de 2010; do Referencial Técnico de Custos, 4ª Edição, da Auditoria Interna do Ministério Público da União, para consideração dos estudos realizados referentes à composição de custos das planilhas de custos e formação de preços.

## **31. METODOLOGIA**

31.1 A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de **Pregão**, na forma **Eletrônica**, observados os dispositivos legais mencionados no item 30 deste termo de referência.

31.2. A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço global**, sendo adjudicado à empresa licitante que apresentar o lance de menor preço global e atender às exigências editalícias, o que resultará no menor preço global para a execução do serviço. Na composição do preço devem estar incluídos todos os lucros e despesas, tais como e sem se limitar a custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, serviços e encargos sociais, fretes, seguros, pessoal, transporte, equipamentos, ferramentas, materiais, impostos, despesas administrativas, encargos financeiros, enfim, quaisquer custos que venham a incidir na prestação de serviços contratados e outros necessários ao cumprimento integral deste termo de referência.

## **32. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

32.1 As despesas com o objeto a ser contratado correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da Embrapa para o exercício 2026, UASG 135031, na Natureza de Despesa (ND) 339037, Fonte 1000000000, Programa de Trabalho 229478, PI - PESQUISA.

32.2. O valor global estimado da contratação, não obriga a Embrapa à contratação do valor integral da estimativa, tendo em vista que o uso efetivo do contrato depende, em parte, de fatores supervenientes associados à demanda de projetos de pesquisa, cuja aleatoriedade das ocorrências impede uma previsão exata antecipada.

## **33. ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

33.1 A licitante contratada assume o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

- a) eventual tratamento de dados em razão do contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da Embrapa, responsabilizando-se a licitante contratada por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;
- c) a licitante contratada deverá seguir as instruções recebidas da Embrapa em relação ao tratamento de dados pessoais;
- d) a licitante contratada responsabilizar-se-á como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;
- e) os dados coletados somente poderão ser utilizados pela Embrapa, licitante contratada, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização Embrapa, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;
- f) a licitante contratada deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;
- g) os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela licitante contratada, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação;
- h) a licitante contratada dará conhecimento formal para seus empregados e, ou, prestadores de serviço acerca das disposições previstas neste item, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;
- i) a Embrapa possui direito de regresso em face da licitante contratada em razão de eventuais danos causados por esta em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito do contrato e da LGPD;
- j) a licitante contratada deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais;
- k) a licitante contratada deverá informar imediatamente à Embrapa todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados ao contrato, seguindo as orientações fixadas pela Embrapa e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas;
- l) a licitante contratada deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela Embrapa, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da LGPD;
- m) qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à Embrapa, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à licitante contratada disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada;
- n) ao final da vigência do contrato, a licitante contratada deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

33.2. Embrapa e licitante contratada reconhecem que, se durante a execução do contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a Embrapa será considerada "Controladora de Dados", e a contratada "Operadora" ou "Processadora de Dados", salvo nas situações expressas em contrário no contrato. Contudo, caso a licitante contratada descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da Embrapa, será equiparada a "Controladora de Dados", inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

33.3. Caso a licitante contratada disponibilize dados de terceiros, além das obrigações do subitem 33.1, deve se responsabilizar por eventuais danos que a Embrapa venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da licitante contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da Embrapa, sem prejuízo das penalidades do contrato.

33.4. A assinatura do contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à licitante contratada, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e, ou, terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela Embrapa, na forma da LGPD. Poderão ser solicitados pela Embrapa dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

33.5. Os representantes legais signatários do contrato autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no endereço eletrônico institucional da Embrapa e em cumprimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

33.6. A licitante contratada comprometer-se-á a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na LGPD, bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no contrato, para as finalidades descritas neste item.

## **34. VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS QUE SE APRESENTEM SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS**

### **34.1 Participação de consórcios:**

34.1.1 Não será permitida a participação de consórcios por entender que o objeto da licitação trata-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado e para sua contratação não são necessárias alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada, ou seja, o objeto não exige alta complexidade técnica e nem se enquadra em grande vulto podendo ser executado por única empresa. Conforme Tribunal de Contas da União (TCU): "A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante, a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória." (TCU, Acórdão 2.831/2012, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes).

34.1.2 Diversas outras licitações com este tipo de serviço foram assim realizadas em todo país e a ausência de consórcio em nenhuma delas acarretou prejuízos à competitividade da licitação. No presente caso, trata-se de objeto perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes no ramo licitado, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais, garantindo assim a competitividade e a efetiva economicidade no processo.

### **34.2 Contratação de cooperativas:**

34.2.1 Não será permitida a participação de cooperativas quando o objeto licitado não se enquadra na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída, principalmente se a execução do objeto contratual escapar à dimensão do objeto social da cooperativa ou caracterizar atividade especulativa, sendo sua atuação irregular. Conforme Súmula nº 281, TCU: "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

34.2.2. O objeto a ser licitado não apresenta alta complexidade técnica e, no mercado, não há escassez de empresas que prestam o serviço em sua totalidade, ou seja, qualquer empresa do ramo tem condições de executar o objeto descrito, isoladamente sem a necessidade de formação de consórcio e, ou, cooperativa.

34.3. A presente vedação não apresenta risco à competitividade do certame.

## **35. DISPOSIÇÕES GERAIS**

35.1 Como condição prévia para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá:

- autorizar, com reconhecimento de firma, a Embrapa a reter a garantia, a qualquer tempo, na forma prevista no Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, em cumprimento do disposto na alínea "c", do subitem 1.2;
- autorizar, com reconhecimento de firma, a Embrapa a proceder ao desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, em cumprimento ao disposto na alínea "d", do subitem 1.2, do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;
- autorizar, com reconhecimento de firma, a Embrapa a criar conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação junto à instituição financeira, em cumprimento do disposto no item 5, do Anexo XII, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, em cumprimento ao disposto do item 3 do mesmo anexo;
- firmar termo específico da instituição bancária (Banco do Brasil S.A.), que permita à Embrapa ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Embrapa no que se refere à conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação,

prevista no item 5, do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

35.2 As licitantes proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

35.3 As licitantes optantes pelo Regime Especial Unificado de arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional) terão que observar o previsto na legislação vigente.

35.4. Os contratos advindos deste termo de referência somente poderão ser alterados por acordo escrito entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

35.5. A ausência de formalização contratual não exonera a Embrapa do dever de indenizar a licitante contratada pelo que esta houver executado, apurando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

35.6. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos na legislação vigente, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre a Embrapa e a licitante vencedora.

35.7. Para fins de assinatura dos documentos referentes à contratação, o destinatário da contratação deverá cadastrar-se no SEI da Embrapa, a partir do acesso ao sítio [https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0).

35.7.1. Para o cadastramento, será necessário o envio dos seguintes documentos originais: RG, CPF, comprovante de residência, contrato ou estatuto social e procuração (se for o caso) do representante legal da entidade. Uma vez que a assinatura dar-se-á pelo representante legal da entidade, as informações solicitadas são pessoais (pessoa física).

35.7.2. O uso do SEI da Embrapa possui norma própria, a versão revisada nº 1 da Norma nº 037.001.002.002, aprovada pela Deliberação nº 19, de 10 de agosto de 2021, e publicada no Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa (BCA) nº 38, de 2021, cujos termos devem ser observados pela licitante vencedora.

35.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste termo de referência, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

35.9. Os prazos iniciam-se e expiram, exclusivamente, no dia útil da localidade da unidade da Embrapa responsável pela contratação.

35.10. No tocante ao saneamento de falhas, será permitido ao licitante que tiver preenchido a declaração de inexistência dos fatos impeditivos informados no Comprasnet, o ajuste do documento nos moldes da declaração de ausência dos impedimentos dos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme Modelo, Anexo IV do edital após a solicitação via chat do pregoeiro.

35.11. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas disposições deste termo de referência serão resolvidos pela Embrapa, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC), Norma nº 037.011.003.001, publicado em 28/03/2024 no BCA Nº 16.

## **36. ANEXAÇÃO**

36.1. Este termo de Referência fará parte integrante e inseparável do Instrumento Contratual a ser firmado entre a Embrapa e a licitante vencedora.

## **37. LOCAL E DATA**

**Pelotas/RS, 24 de junho de 2026.**

## **38. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO, REVISÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

38.1 Elaborado por:

**CARLOS LEANDRO PADILHA BARNECHE**

Analista A

Setor de Patrimônio e Suprimentos - SPS

38.2 Revisado por:

**ÂNGELO DA SILVA LOPES**

Coordenador

Equipe de Planejamento da Aquisição

**DIEGO PEREIRA VIEGAS**

Supervisor

Setor de Patrimônio e Suprimentos - SPS

38.3 Aprovado por:

LEANDRO LUÍS GARCIA AQUINO

Chefe Adjunto de Administração

ANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

ITEM 1 - Pelotas/RS (Sede/EEC)

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município / UF	Pelotas/RS	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		CCT SRPel/SRCL X Fetar/RS 2026
D	Nº de meses de execução contratual		12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR (em função da unidade de medida)

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	6210-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO 6210-05
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2026

Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	-
C	Adicional de insalubridade	-
D	Adicional noturno	-
E	Adicional de hora noturna reduzida	-
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	-
G	Outros (especificar)	-
Total da Remuneração		0,00

Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Adicional de Férias	2,78%	0,00
TOTAL		11,11%	0,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (6,00x4 Passagens dia x 21 dias) - 6% salário base	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação ((0,00 por vale x 21 dias)-(19%))	0,00
C	Seguro Acidentes Pessoais	0,00
D	Plano de Benefício Familiar	0,00
E	Prêmio Assiduidade	-



F	Outros (especificar) - Seguro de Vida	-	
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00	
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00	
TOTAL		0,00	
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90%	0,00
TOTAL			0,00
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,02%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
TOTAL			0,00
Submódulo 4.2 - Intrajornada			
4.2	Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	0,00
TOTAL			0,00
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais	0,00	
4.2	Intrajornada	-	
TOTAL		0,00	
Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)	
A	Uniformes	0,00	
B	EPIs	0,00	
C	Equipamentos	-	
D	Outros (especificar)		
Total de Insumos diversos		0,00	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,85%	0,00
B	Lucro	5,45%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	-
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	3,50%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	7,15%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00	

B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

Base: Instrução Normativa – IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Fonte: Referencial Técnico de Custos - 4ª Edição - Auditoria Interna do MPU - 04/02/2025; Utilizando as premissas destinadas ao Serviço de Vigilância.

ITEM 2 - Capão do Leão/RS (ETB)

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município / UF	Capão do Leão/RS	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT SRPel/SRCL X Fetar/RS 2026	
D	Nº de meses de execução contratual	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR (em função da unidade de medida)	
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	6210-05	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	CBO 6210-05	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/02/2026	
Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)	
A	Salário Base	0,00	
B	Adicional de periculosidade	-	
C	Adicional de insalubridade	-	
D	Adicional noturno	-	
E	Adicional de hora noturna reduzida	-	
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	-	
G	Outros (especificar)	-	
Total da Remuneração		0,00	
Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Adicional de Férias	2,78%	0,00
TOTAL		11,11%	0,00
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou SESI	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)	
A	Transporte (6,25x4 Passagens dia x 21 dias) - 6% salário base	0,00	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação ((0,00 por vale x 21 dias)-(19%))	0,00	
C	Seguro Acidentes Pessoais	0,00	
D	Plano de Benfício Familiar	0,00	
E	Prêmio Assiduidade	-	

F	Outros (especificar) - Seguro de Vida	-
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

  

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

  

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90%	0,00
TOTAL			0,00

  

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,02%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
TOTAL			0,00

  

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	0,00
TOTAL			0,00

  

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

  

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	EPIs	0,00
C	Equipamentos	-
D	Outros (especificar)	
Total de Insumos diversos		0,00

  

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,85%	0,00
B	Lucro	5,45%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	3,00%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	6,65%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

  

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00

C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>0,00</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>0,00</b>

Base: Instrução Normativa – IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

Fonte: Referencial Técnico de Custos - 4ª Edição - Auditoria Interna do MPU - 04/02/2025; Utilizando as premissas destinadas ao Serviço de Vigilância.

## ANEXO II MODELO PARA A PROPOSTA

### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (POR ITEM)

Em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90009/2026** – Embrapa/CPACT, apresento nossa planilha de custos e formação de preços para prestação de serviços rurais, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de trabalhador agropecuário em geral, para apoio à pesquisa nas dependências da Embrapa Clima Temperado, conforme abaixo especificado:

#### Módulo 1 – Composição da Remuneração

1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	VALOR (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

#### Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

##### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS	VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Adicional de Férias	
<b>Total</b>		

##### Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	

C	SAT/RAT X FAP	3,00%	
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

<b>2.3</b>	<b>BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício (Seguro)	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

<b>2</b>	<b>ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		

Módulo 3 – Provisão para Rescisão

<b>3</b>	<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
<b>Total</b>		

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 – Ausências Legais

<b>4.1</b>	<b>AUSÊNCIAS LEGAIS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
------------	-------------------------	--------------------

A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

Submódulo 4.2 – Intra jornada

<b>4.2</b>	<b>INTRAJORNADA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Intervalo para repouso e alimentação	
<b>Total</b>		

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

<b>4</b>	<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intra jornada	
<b>Total</b>		

Módulo 5 – Insumos Diversos

<b>5</b>	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Materiais (EPIs)	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

<b>6</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>			

## 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR ITEM

	MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

### QUADRO RESUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DO POSTO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	Trabalhador Rural (Sede + EEC) Pelotas/RS	2		
2	Trabalhador Rural (ETB) Capão do Leão/RS	2		
VALOR TOTAL MENSAL R\$				
VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES				

Valor total da Proposta considerando os 3 (três) meses de contratação é de: R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de desconto, materiais, serviços e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT, especialmente as fixadas para pagamento e execução do objeto, contidas no termo de referência e minuta de contrato.

#### Dados da Empresa:

Razão Social: .....  
 CNPJ: ..... Insc. Estadual: .....  
 Endereço: ..... Bairro: .....  
 Cidade: ..... UF: ..... CEP: .....  
 Tel.: ..... E-mail: .....  
 Banco: ..... Agência: ..... Conta Corrente: .....

#### Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

##### (Enviar cópia de RG e CPF)

Nome Completo: ..... Estado Civil: ..... Cargo/Função: .....  
 CPF: ..... RG / Órgão Expedidor / Data de Emissão: .....  
 Naturalidade/UF: ..... Nacionalidade: .....  
 Endereço: ..... Bairro: .....  
 Cidade: ..... UF: ..... CEP: .....

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa]

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa

.....





**ANEXO III**  
**PRODUTIVIDADE MÍNIMA**

1. As tabelas a seguir apresentam a produtividade mínima esperada para os serviços rurais que serão prestados nos Campos Experimentais da Embrapa Clima Temperado:

1.1 Tabelas das culturas pesquisadas no Campo Experimental da Sede da Unidade

**Tabela 1 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Pêssego, Nectarina e Ameixa.**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM PÊSSEGO, NECTARINA E AMEIXA		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	0,5
Limpeza inicial da área (capina)	1	0,5
Adubação	1	1
Podas (Verde)	1	1
Enxertia	1	0,1
Colheita (e coleta de amostras) e transporte dos frutos	1	0,3
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1
Eliminação de plantas a campo e/ou telados, que estejam fora do escopo de pesquisa da unidade	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 2 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Citros**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM CITROS		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Capina manual em áreas experimentais, e adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	0,4
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1
Eliminação de plantas a campo e/ou telados, que estejam fora do escopo de pesquisa da unidade	1	0,5

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 3 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Batata**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM BATATA		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)

Coleta de amostra de solo	1	2
Capina manual em áreas experimentais, e/ou adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	0,3
Colheita e transporte dos tubérculos	1	0,5
Instalação de hidroponia	1	0,4
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 4 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Culturas Nativas e Pereiras**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM CULTURAS NATIVAS E PEREIRAS		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	0,5
Plantio e replantio de mudas	1	0,5
Eliminação de plantas a campo e/ou telados, que estejam fora do escopo de pesquisa da unidade	1	1
Capina manual em áreas experimentais, e adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	0,5
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 5 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Morango e Pequenas Frutas**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM MORANGO E PEQUENAS FRUTAS		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	2
Plantio e replantio das mudas e outros materiais propagativos	1	0,6
Adubação (áreas protegidas e campo)	1	1
Instalação de estrutura para plantio (campo e área de cobertura)	1	0,4
Cruzamento (emasculação e polinização)	1	0,2
Abertura e Fechamento de estufas (túneis e telados)	1	1
Colheita e transporte dos frutos	1	0,5

Tratos culturais (limpeza de plantas, retirada de flor e folhas)	1	0,5
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Capina manual em áreas experimentais, e adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 6 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Cana-de-Açúcar**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM CANA-DE-AÇÚCAR		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Adubação de cobertura e de manutenção	1	1
Colheita	1	0,5
Transplante de Mudas	1	0,6
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 7 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Batata Doce**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM BATATA DOCE		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	2
Capina manual em áreas experimentais, e/ou adequação de barreira física para plantas de crescimento instantâneo	1	0,5
Colheita e transporte	1	0,5
Adubação	1	2
Plantio e replantio das mudas e outros materiais propagativos	1	0,6
Limpeza de estufas, telados e casas de vegetação com plantas em manutenção (como BAGs) ou multiplicação de materiais de pesquisa	1	1
Organização de estruturas de armazenamento de insumos e equipamentos do campo experimental	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

## 1.2 Tabelas das culturas pesquisadas na Estação Experimental da Cascata - EEC

**Tabela 8 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Sistemas Biodiversos de Frutas de Clima Temperado**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM SISTEMAS BIODIVERSOS DE FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Semeadura de plantas de cobertura - adubação verde	1	3
Controle de plantas espontâneas (capina)	1	0,5
Poda de produção, limpeza e formação	1	0,5
Adubação de manutenção	1	3
Adubação de produção	1	3
Colheita e transporte dos frutos	1	0,5

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 9 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Batata (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM BATATA (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	3
Distribuição de calcário	1	3
Adubação de cobertura	1	3
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	3
Colheita e transporte dos tubérculos	1	0,5

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 10 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Morango (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM MORANGO (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	1
Distribuição de calcário	1	1
Plantio e replantio das mudas	1	0,5

Adubação de cobertura	1	1
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	0,5
Seleção de Plantas	1	1
Colheita e transporte dos tubérculos	1	0,5

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 11 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Cebola (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM CEBOLA (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	1
Distribuição de calcário	1	1
Plantio e replantio das mudas	1	0,5
Adubação de cobertura	1	1
Capina manual	1	0,3
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	0,5
Seleção de Plantas	1	1
Colheita e transporte dos bulbos	1	0,6

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 12 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Sistema Agroflorestal (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM SISTEMA AGROFLORESTAL (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1,5
Distribuição de calcário	1	1,5
Replanteio das mudas	1	0,7
Adubação de cobertura	1	1,5
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	1,5
Manejo florestal (corte, poda e cobertura morta)	1	0,3

Colheita e transporte dos frutos	1	0,4
----------------------------------	---	-----

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 13 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Pequenas Frutas (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM PEQUENAS FRUTAS (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Distribuição de calcário	1	2
Plantio e replantio das mudas	1	1,8
Adubação de crescimento e cobertura	1	2
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	1
Colheita e transporte dos tubérculos	1	0,4

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 14 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em SPDH - Sistema de plantio direto de hortaliças (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM SPDH (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	1
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,3
Adubação de base	1	1
Distribuição de calcário	1	1
Plantio e replantio das mudas	1	0,6
Adubação de cobertura	1	1
Capina manual	1	0,3
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	0,7
Colheita e transporte das hortaliças	1	0,6

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 15 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Minhocultura (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM MINHOCULTURA (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Transporte de material orgânico para vermicompostagem	1	0,1

Revolvimento semanal do material em decomposição	1	0,1
Manejo (Irrigação, retirada de material decomposto, etc)	1	0,1
Distribuição do vermicomposto nas unidades de experimentais	1	0,1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 16 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Milho (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM MILHO (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	4
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	4
Distribuição de calcário	1	4
Adubação de cobertura	1	4
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	2
Polinização	1	0,5
Seleção de Plantas	1	2
Colheita e transporte dos tubérculos	1	2
Beneficiamento dos grãos/sementes	1	2

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 17 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Feijão (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM FEIJÃO (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	3
Distribuição de calcário	1	3
Adubação de cobertura	1	3
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	3
Seleção de Plantas	1	3

Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	0,4
Beneficiamento dos grãos/sementes	1	2

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 18 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Mandioca (EEC)**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM MANDIOCA (EEC)		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	2
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	2
Distribuição de calcário	1	2
Adubação de cobertura	1	2
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	2
Seleção de Plantas	1	2
Colheita e transporte das manivas e rizomas	1	0,5
Plantio das manivas	1	1

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

### 1.3 Tabelas das culturas pesquisadas na Estação Experimental de Terras Baixas - ETB

**Tabela 19 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Arroz**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM ARROZ		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	8
Limpeza inicial da área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	6
Distribuição de calcário	1	6
Adubação de crescimento cobertura	1	6
Capina manual	1	0,5
Proteção e monitoramento contra o ataque de pássaros	1	8
Seleção de plantas	1	4



Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	1
Roçada manual com gadanha	1	1
Rouging (retirada manual de plantas indesejadas)	1	3
Beneficiamento manual dos grãos/sementes	1	8

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 20 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Forrageiras**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM FORRAGEIRAS		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	10
Limpeza inicial da área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	6
Distribuição de calcário	1	6
Semeadura das forrageiras	1	2
Adubação de cobertura	1	6
Capina manual	1	0,5
Seleção das plantas	1	4
Rouging (retirada manual de plantas indesejadas)	1	3
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	1
Beneficiamento manual dos grãos/sementes	1	8

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 21 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Milho**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM MILHO		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	6
Limpeza inicial da área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	6
Distribuição de calcário	1	6
Semeadura	1	2
Adubação de cobertura	1	6
Capina manual	1	0,5

Polinização	1	1
Seleção de plantas	1	3
Rouging (retirada manual de plantas indesejadas)	1	3
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	2
Beneficiamento manual dos grãos/sementes	1	6

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

**Tabela 22 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Soja**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM SOJA		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Coleta de amostra de solo	1	3
Limpeza inicial de área (capina)	1	0,5
Adubação de base	1	3
Distribuição de calcário	1	3
Adubação de cobertura	1	3
Capina manual	1	0,5
Aplicação de biofertilizantes e defensivos ecológicos não tóxicos	1	3
Seleção de Plantas	1	2
Colheita e transporte dos grãos/sementes	1	1
Beneficiamento dos grãos/sementes	1	3

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

#### 1.4 Tabelas das demandas gerais da Unidade

**Tabela 23 - Rendimento da mão de obra na pesquisa em Casas de Vegetação**

RENDIMENTO DA MÃO DE OBRA NA PESQUISA EM CASAS DE VEGETAÇÃO		
Serviços de Campo	D/H*	Rendimento em área (ha)
Capina ao redor das casas de vegetação	1	0,5
Arrumação interna das casas de vegetação	1	0,5
Enchimento de sacos de mudas	1	0,5
Plantio de mudas	1	0,5
Irrigação	1	3
Controle de pragas	1	2

Lavagem das estruturas	1	1
Outros tratos culturais	1	2

\*Unidade de análise D/H=Dias homem (1 D/H = 1 homem por 1 dia de trabalho)

-----

## ANEXO IV

### MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

..... [nome empresarial ou nome do órgão/entidade pública emitente do atestado], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, ..... [nome], infra-assinado, inscrito(a) no CPF nº ..... [nº de inscrição], ATESTA, para os devidos fins, que a ..... [nome empresarial da licitante], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], executa(ou) para este(a) ..... [empresa, órgão, entidade], os serviços abaixo especificados:

1. OBJETO: .....

2. PERÍODO: de ...../...../..... a ...../...../.....;

3. QUANTIDADE DE EMPREGADOS: .....

Atestamos, ainda, que tais serviços estão sendo(foram) executados satisfatoriamente, não constando, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa e carimbo do emissor]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

Telefone/email para eventual contato: (.....) .....

Observações:

1. Este atestado é um modelo meramente exemplificativo, podendo, cada licitante, elaborar seu próprio atestado, desde que dele conste os dados considerados essenciais para sua validade.
2. Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor.
3. O atestado deverá estar visado pelo respectivo órgão fiscalizador.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a ..... [nome empresarial da licitante], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do órgão/empresa	Endereço	Vigência do Contrato	Data de Assinatura	Valor total do Contrato

Valor total dos contratos: R\$ ..... [valor total dos contratos]

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa e carimbo do emissor]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

Telefone/email para eventual contato: (.....) .....

Observações:

*Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, a licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas/entidades, com os quais têm contratos vigentes.*

*Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.*

.....

.....

## ANEXO VI

### AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO EM NOME DA EMPRESA

..... [nome empresarial da licitante], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu(sua) representante legal, ..... [nome], infra-assinado(a), inscrito(a) no CPF nº ..... [nº de inscrição], para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, em cumprimento ao disposto no item 8 do Anexo XII da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 5, de 26 de maio de 2017, AUTORIZA a EMBRAPA, em caráter irrevogável e irretratável, por intermédio de sua unidade CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado), inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0137-94, estabelecida na BR 392 KM 78, Monte Bonito, Pelotas/RS, Caixa Postal 403, CEP 96010-971, a solicitar perante a Instituição Bancária (Banco do Brasil, agência .....), a abertura de conta–depósito vinculada – bloqueada para movimentação, exceto quando autorizada pela EMBRAPA, em nome desta empresa, com a finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes às provisões previstas no Anexo VII da referida instrução normativa e no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT.

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa e carimbo do emissor]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

Telefone/email para eventual contato: (.....) .....

.....





## ANEXO VII

### AUTORIZAÇÃO PARA A RETENÇÃO DA GARANTIA

..... [nome empresarial da licitante], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu(sua) representante legal, ..... [nome], infra-assinado(a), inscrito(a) no CPF nº ..... [nº de inscrição], para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, em cumprimento ao disposto no Anexo VII-B da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 5, de 26 de maio de 2017, AUTORIZA a EMBRAPA, por intermédio de sua unidade CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado), inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0137-94, estabelecida na BR 392 KM 78, Monte Bonito, Pelotas/RS, Caixa Postal 403, CEP 96010-971, a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no artigo 66 da referida instrução normativa.

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa e carimbo do emissor]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

Observação: Esta autorização, com reconhecimento de firma, deverá ser apresentada previamente e como condição para celebração do contrato.

-----

## ANEXO VIII

### AUTORIZAÇÃO PARA A RETENÇÃO DA FATURA, PARA DEPÓSITO DIRETO DO FGTS E PAGAMENTO DIRETO DOS SALÁRIOS

..... [nome empresarial da licitante], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu(sua) representante legal, ..... [nome], infra-assinado(a), inscrito(a) no CPF nº ..... [nº de inscrição], para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, em cumprimento ao disposto no artigo 65, I, da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 5, de 26 de maio de 2017, AUTORIZA a EMBRAPA, por intermédio de sua unidade CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado), inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0137-94, estabelecida na BR 392 KM 78, Monte Bonito, Pelotas/RS, Caixa Postal 403, CEP 96010-971, a realizar o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa e carimbo do emissor]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

Observação: Esta autorização, com reconhecimento de firma, deverá ser apresentada previamente e como condição para celebração do contrato.

.....  
.....



## **ANEXO IX**

### **CÓPIA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO COM O BANCO DO BRASIL S.A. (CONTA-DEPÓSITO VINCULADA)**

Vide documento externo anexado no Sistema (Doc SEI Nº 13688289)

-----

-----



ANEXO X

MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RURAIS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL E TRATORISTA AGRÍCOLA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA E A [ denominação ou razão social ].

**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, Estatuto aprovado pela 8ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2024 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 80, de 25 de abril de 2024, Seção 1, páginas 16/21, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por intermédio de sua Unidade Descentralizada CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado), inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0137-94, estabelecida na BR 392 KM 78, Monte Bonito, Pelotas/RS, Caixa Postal 403, CEP 96010-971, doravante designada simplesmente **EMBRAPA**, neste ato representada conjuntamente por seus representantes legais, na forma do inciso IV do artigo 33 do seu Estatuto, devidamente qualificados nos termos do Anexo C; e, de outro lado

[ denominação ou razão social da contratada ], pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de [ sociedade empresária limitada, anônima, etc. ], inscrita no CNPJ sob nº [ n° ], sediada [ endereço ], doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, devidamente qualificado nos termos do Anexo C;

sendo EMBRAPA e CONTRATADA quando mencionadas conjuntamente denominadas "as Partes" e, cada uma delas, quando mencionadas indistinta e individualmente, também denominada como "a Parte", tendo em vista o resultado do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, doravante designado simplesmente "Contrato", que será regido, no que couber, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, por seu decreto regulamentador, pelas normas da EMBRAPA pertinentes à realização de procedimentos licitatórios e celebração de contratos e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto

- 1.1. Este Contrato tem por objeto formalizar as condições para prestação de serviços rurais, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de trabalhador agropecuário em geral e tratorista agrícola, para apoio à pesquisa nas dependências da Embrapa Clima Temperado.
- 1.2. A prestação dos serviços compreende, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego de todos os equipamentos, incluindo equipamentos de proteção individual (EPIs) e ferramentas necessárias à sua execução, conforme disposto no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT.
- 1.3. A execução completa do objeto contratual só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas previdenciárias e fiscais referentes à mão de obra utilizada.
- 1.4. Este Contrato vincula-se, para todos os fins de direito, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT, realizado no dia ....., identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.5. A prestação dos serviços rurais será executada nos seguintes dias da semana e horários:
- a. segunda-feira até sábado, entre 8h00min e 17h00min, respeitando a jornada limite de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais dos empregados da CONTRATADA;
  - b. o horário de trabalho e o intervalo intrajornada, de 1 (uma) hora, poderão ser flexibilizados de acordo com as necessidades do serviço e o horário de expediente da EMBRAPA.
- 1.6. A categoria a ser empregada no serviço é registrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme código 6210-05, constante da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
- 1.7. O objeto será executado sob o regime de execução indireta, empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – Preço

- 2.1. A EMBRAPA pagará à CONTRATADA o valor mensal estimado de R\$ ..... (.....).
- 2.2. O valor global estimado deste Contrato, considerando os 3 (três) meses de vigência, é de R\$ ..... (.....), já incluso o lucro e todas as despesas que possam influir, direta ou indiretamente, na sua execução.
- 2.3. Os valores estabelecidos nas subcláusulas 2.1 e 2.2 têm por base os seguintes índices de produtividade:

Tabela 1

TIPO DE ATIVIDADE	PRODUTIVIDADE (D/H por área (ha))	VALOR UNITÁRIO (R\$)

- 2.4. Os valores discriminados na Tabela 1 correspondem a 100% (cem por cento) dos serviços prestados. Os serviços serão fiscalizados e poderão sofrer reduções, conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 2.5. A CONTRATADA declara que nos preços propostos para a execução dos serviços foram considerados todos os custos, insumos, despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e, ou, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação para cumprir as disposições contratuais até o termo final deste Contrato, não cabendo reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso.

2.6. Na hipótese do objeto ser, a critério da EMBRAPA, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2.7. Caso a EMBRAPA não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à CONTRATADA.

2.8. A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – Dotação Orçamentária**

3.1. O crédito pelo qual ocorrerá a despesa do Contrato consta na proposta orçamentária da EMBRAPA para o exercício de ....., correndo à conta da Fonte de Recursos ....., Natureza de Despesa ....., Nota de Empenho nº ....., de ...../...../202.....

3.2. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento, mediante o respectivo empenho.

### **CLÁUSULA QUARTA – Documentação Fiscal, Trabalhista e Previdenciária**

4.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deve entregar à EMBRAPA a documentação a seguir relacionada:

4.1.1. Mensalmente, acompanhando a nota fiscal referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do Contrato, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

- a. Certidão Negativa de Débito da Previdência Social (CND);
- b. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF);
- c. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- f. quando couber, comprovação de que a CONTRATADA mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no artigo 33, §1º, VI, da Lei nº 13.303, de 2016.

4.1.2. Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “e” da subcláusula 4.1.1 poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

4.2. A CONTRATADA deve entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela EMBRAPA, quaisquer dos seguintes documentos:

- a. extrato da conta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do FGTS de qualquer empregado, a critério da EMBRAPA;
- b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a EMBRAPA;
- c. cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d. os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem quando previstos em lei; e
- f. outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA.

4.3. Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão e demissão de empregados:

I. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deve apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

- a. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- c. exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços; e
- d. declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

II. Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), ou após a demissão de empregado, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a. documento comprobatório de realocação dos empregados em outros locais de trabalho que informe a manutenção da vigência do contrato de trabalho; ou
- b. Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, bem como os exames demissionais;
- c. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

4.3.1. Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da EMBRAPA de funcionários não incluídos na relação mencionada na alínea “a” do inciso I da subcláusula 4.3.

4.3.2. Qualquer alteração referente a esta relação deve ser imediatamente comunicada à fiscalização.

### **CLÁUSULA QUINTA – Vigência**

5.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 3 (três) meses, na forma do artigo 71 da Lei nº 13.303, de 2016, contados da data da última assinatura aposta pelos representantes das Partes, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos.

5.2. A prorrogação da vigência poderá ser efetuada, desde que comprovadamente vantajosa para a EMBRAPA e autorizado formalmente pela autoridade competente, além de serem atendidos todos os requisitos abaixo:



- a. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- c. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a EMBRAPA mantém interesse na realização do serviço;
- d. seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para EMBRAPA;
- e. haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação.

5.3. A vantajosidade econômica para prorrogação do Contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado nas seguintes hipóteses:

- a. em relação aos reajustes dos itens envolvendo a folha de salários efetutados com base em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;
- b. em relação aos reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho e de lei) e materiais efetutados com base no índice fixado neste Contrato.

5.4. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados em caso de eventual prorrogação contratual.

5.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

5.6. No momento da prorrogação do Contrato, deverá ser verificado pela EMBRAPA se na composição da planilha de custos e formação de preços foram observados os procedimentos referenciais, aplicados aqui como boas práticas administrativas, previstos no Anexo VI da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 5, de 26 de maio de 2017.

5.7. A CONTRATADA optante pelo regime de Lucro Real, ou seja, quando tributada pelo regime de incidência não cumulativa do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no momento da prorrogação contratual, deverá cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições em relação aos últimos 12 (doze) meses.

5.8. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS e CONFINS, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

5.9. Será resguardada à EMBRAPA o direito de interromper o Contrato a qualquer tempo, sem ônus para a EMBRAPA, caso a CONTRATADA não demonstre os resultados de qualidade exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT e para os casos em que não fique demonstrada a manutenção dos preços ou condições mais vantajosas, conforme a subseção 10.1.7.2 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

5.10. O Contrato deve ser avaliado anualmente, de maneira a evidenciar se os preços e as condições ainda permanecem vantajosos para a EMBRAPA.

#### **CLÁUSULA SEXTA – Garantia de Execução do Contrato**

6.1. A CONTRATADA deve apresentar, no prazo máximo de 10 (dez dias) úteis, contados da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços, em conformidade com o disposto no artigo 70 da Lei nº 13.303, de 2016, e alínea "a" do subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.2. A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

6.3. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado a critério da EMBRAPA por igual período, contado da assinatura do Contrato.

6.4. O valor da garantia será complementado sempre que houver alteração, repactuação ou revisão do valor do Contrato e seu prazo prorrogado sempre que for prestada por meio que seja estabelecido prazo de vigência como, por exemplo, seguro garantia e fiança bancária, no mesmo prazo estabelecido na subcláusula 6.1 e sob as mesmas penalidades.

6.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

6.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a EMBRAPA a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o § 1º do artigo 82 da Lei nº 13.303, de 2016.

6.7. A garantia prestada será liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do artigo 70 da Lei nº 13.303, de 2016.

6.8. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso o pagamento não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela EMBRAPA, conforme estabelecido na alínea "j" do subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017. Para tanto, a CONTRATADA autoriza a EMBRAPA a reter, a qualquer tempo, a garantia prestada.

6.9. A garantia terá validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação (subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017).

6.10. O prazo de validade da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

6.11. A garantia, qualquer que seja sua modalidade, assegurará o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, por parte da CONTRATADA, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no Contrato;
- b. prejuízos causados à EMBRAPA ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c. multas moratórias e punitivas aplicadas pela EMBRAPA à CONTRATADA, se por qualquer motivo não forem pagas nos prazos fixados; e
- d. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

6.12. A modalidade de seguro-garantia só será aceita se constar expressamente a cobertura dos eventos acima indicados e as seguintes

disposições adicionais:

- a. declaração da seguradora de que aceita os termos e condições do Contrato e do edital;
- b. vedação ao cancelamento da apólice de seguro-garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio pela tomadora;
- c. ocorrido sinistro (descumprimento pela empresa tomadora das obrigações constantes do contrato firmado com a EMBRAPA e cobertas pela apólice de seguro-garantia), a seguradora cumprirá a obrigação assumida na apólice com o pagamento da indenização devida à EMBRAPA (segurada), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da comunicação do sinistro feita pela EMBRAPA (segurada) à seguradora.

6.13. A carta de fiança bancária deve conter, expressamente os seguintes requisitos:

- a. cláusula de solidariedade entre a instituição financeira e o devedor, com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- b. cláusula que preveja reajuste do valor da fiança nos mesmos percentuais aplicados no Contrato;
- c. cláusula de renúncia por parte da instituição financeira aos termos do artigo 835 e no inciso I do artigo 838 do Código Civil.

6.14. A garantia em dinheiro deve ser efetuada em favor da EMBRAPA, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.15. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela EMBRAPA com o objetivo de apurar prejuízos e, ou, aplicar sanções à CONTRATADA.

6.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.17. A não integralização da garantia nos prazos estabelecidos nesta cláusula, representa inadimplência contratual, passível de aplicação de sanções e rescisão na forma prevista neste Contrato.

6.18. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados por ocasião da contratação.

6.19. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do anexo VII-B da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

6.20. Após a execução do Contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da CONTRATADA em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

6.21. A garantia será considerada extinta:

- a. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da EMBRAPA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- b. no prazo de 90 (noventa) dias, após o término da vigência do Contrato, caso a EMBRAPA não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Obrigações da Contratada**

7.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Contrato, em seus anexos, no Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT, na legislação vigente correlata à presente contratação e nas normas técnicas que estabeleçam padrões de execução do objeto contratual, constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os produtos, materiais, utensílio e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- II. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do Contrato, devendo constar do respectivo documento os poderes e deveres em relação a execução do objeto;
- III. manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à EMBRAPA a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- IV. responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual (EPIs) e outras que, porventura, venham a ser criadas e exigidas pelo poder público;
- V. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da EMBRAPA;
- VI. responder pelos danos causados diretamente à EMBRAPA, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela EMBRAPA;
- VII. comunicar à EMBRAPA qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- VIII. fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- IX. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados, quando decorrente da execução do serviço objeto deste Contrato;
- X. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- XI. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a EMBRAPA autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

- XII. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- XIII. não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na EMBRAPA, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;
- XIV. manter seus empregados sob as normas disciplinares da Embrapa, substituindo, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, qualquer empregado que esteja descumprindo obrigações relativas à execução do serviço, ou seja considerado inconveniente pelo representante da EMBRAPA;
- XV. substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da EMBRAPA, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do Contrato;
- XVI. manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
- XVII. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do Contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
- XVIII. coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- XIX. administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- XX. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- XXI. instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- XXII. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à EMBRAPA o acesso ao controle de frequência;
- XIII. cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- XIV. substituir os equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas quando apresentarem vícios ou defeitos, devendo haver autorização formal da EMBRAPA;
- XXV. solicitar à EMBRAPA autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que esta tenha levado para o local de execução do serviço;
- XVI. manter instalado sede, filial ou escritório nas cidades ou regiões metropolitanas onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Embrapa, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, obrigação esta que deve ser comprovada pela CONTRATADA no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura deste instrumento;
- XVII. fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da EMBRAPA membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;
- XVIII. responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da EMBRAPA, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
- XIX. providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal;
- XXX. providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- XXI. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;
- XXII. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da EMBRAPA e em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a EMBRAPA analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- XIII. pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- XIV. selecionar e treinar adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;
- XXV. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a EMBRAPA;
- XVI. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da EMBRAPA;
- XVII. responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- XVIII. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- XIX. cumprir e fazer com que os seus trabalhadores cumpram todas as normas de segurança do trabalho e as normas internas da EMBRAPA;
- XL. treinar os empregados de acordo com as atividades a serem desenvolvidas na EMBRAPA, antes do início do Contrato, além de comprovar documentalmente esses treinamentos ao gestor do Contrato, inclusive comprovante de treinamento de uso de EPI;
- XLI. fornecer gratuitamente todos os EPIs aos seus empregados, com Certificado de Aprovação (CA) válido perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), devendo seu encarregado fiscalizar e obrigar o seu uso, comprovando o fornecimento junto ao gestor do Contrato quando solicitado, além de cumprir integralmente as prerrogativas estabelecidas pela Norma Regulamentadora nº 06 do MTE;
- XLII. entregar os EPIs aos seus empregados, devendo apresentar cópia das fichas de entrega à EMBRAPA, bem como promover a substituição dos EPIs sempre que não se mostrarem íntegros ou quando apresentarem desgastes;

- XLIII. apresentar, em até 30 (trinta) dias corridos do início da execução dos serviços, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional (PCMSO), o Laudo Técnico de Insalubridade (LTI), o Laudo Técnico de Periculosidade (LTP), e o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), devendo promover a atualização anual desses documentos e entregá-los à EMBRAPA;
- XLIV. comunicar formalmente ao gestor do Contrato qualquer alteração no quadro de pessoal que se encontra prestando serviço na EMBRAPA;
- XLV. cumprir os termos previstos na Norma Regulamentadora nº 07 do MTE (PCMSO);
- XLVI. cumprir todas as prerrogativas estipuladas em normativo interno ou pelas normas regulamentadoras publicadas pelo MTE;
- XLVII. adotar os critérios e práticas ambientais e de sustentabilidade, por ocasião da execução dos serviços objeto deste Contrato, conforme fixado no Termo de Referência, inclusive quanto ao treinamento e capacitação de seus empregados;
- LVIII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze anos), nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XLIX. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- L. fornecer à EMBRAPA, por ocasião do início da prestação dos serviços e sempre que solicitado, cópia da ficha individual dos funcionários designados para a prestação dos serviços, contendo foto e todos os dados pessoais inclusive a documentação exigida, mediante a obtenção prévia de termo de consentimento de tratamento de dados pessoais do titular dos dados, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- LI. entregar, anualmente, à EMBRAPA, a apólice de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como providenciar suas renovações antes do vencimento, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;
- LII. realizar os exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso;
- LIII. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência da EMBRAPA;
- LIV. não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da EMBRAPA, sob pena de rescisão contratual;
- LV. disponibilizar uma conta de correio eletrônico para fins de comunicação entre as Partes;
- LVI. manter atualizados o endereço comercial, de correio eletrônico e o número de telefone;
- LVII. emitir nota fiscal de serviços, mensalmente, e entregá-la à EMBRAPA, junto com cópia das folhas de ponto de seus empregados utilizados no serviço, e cópia dos comprovantes de pagamento de salários, férias, 13º salário, bem como, do respectivo recolhimento de encargos incidentes sobre a fatura do mês anterior;
- LVIII. cuidar para que seus funcionários mantenham disciplina nos locais dos serviços e conduta compatíveis com o ambiente de trabalho, quais sejam:
- a. observar as normas legais e regulamentares da EMBRAPA;
  - b. zelar pela conservação do patrimônio público;
  - c. guardar sigilo sobre assunto da repartição que tiver conhecimento;
  - d. manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
  - e. tratar com urbanidade as pessoas;
  - f. não retirar qualquer documento ou objeto da EMBRAPA;
  - g. não promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da EMBRAPA;
  - h. não cometer a pessoa não autorizada pela CONTRATADA o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
  - i. não proceder de forma desidiosa;
  - j. não utilizar recursos materiais da EMBRAPA em serviços ou atividades particulares.

LIX. Observar as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

7.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à EMBRAPA, nem pode onerar o objeto deste Contrato, declarando-se a CONTRATADA única e exclusiva responsável pela quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato.

7.3. A CONTRATADA deverá, se solicitado previamente pela EMBRAPA, executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida.

7.4. É expressamente vedado à CONTRATADA:

- a. a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da EMBRAPA;
- b. a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato;
- c. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da EMBRAPA, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

#### **CLÁUSULA OITAVA – Obrigações da Embrapa**

Além de outras obrigações estipuladas neste Contrato, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303, de 2016, constituem obrigações da EMBRAPA:

- I. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- II. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- III. notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

- IV. não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- V. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;
- VI. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017;
- VII. não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
  - b. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;
  - c. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - d. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais da própria EMBRAPA, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- VIII. fiscalizar mensalmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- a. a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
  - b. o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
  - c. o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato.
- IX. analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do Contrato;
- X. fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
- XI. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- XII. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
- XIII. colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
- XIV. fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos necessários à execução dos serviços;
- XV. observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;
- XVI. assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA – Gestão e Fiscalização**

9.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela EMBRAPA para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

9.2. As atividades relacionadas na subcláusula 9.1 competem ao gestor da execução do Contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa.

9.3. Para efeito do Contrato, considera-se:

- a. Gestor do contrato: empregado da EMBRAPA designado para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, extinção dos contratos, dentre outros, sendo o responsável pela eventual aplicação de sanções à CONTRATADA;
- b. Fiscal técnico do contrato: empregado da EMBRAPA designado para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado; e
- c. Fiscal administrativo do contrato: empregado da EMBRAPA designado para o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

9.4. Os gestores e fiscais técnicos e administrativos serão indicados pela EMBRAPA por meio da competente Ordem de Serviço, na qual, além da identificação completa dos empregados, constarão as atividades e obrigações a serem cumpridas por cada um, conforme os termos da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017.

9.5. As fiscalizações técnica e administrativa dos serviços deverão seguir o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017, devendo a execução do contrato ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos aspectos relacionados no artigo 47 da referida instrução normativa.

9.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

9.7. A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto do contrato por intermédio do IMR, ou outro instrumento de aferição da qualidade que venha a ser indicado no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à

demandada.

9.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

9.9. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.10. Para efeito recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, com a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

9.11 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais a EMBRAPA exigirá da CONTRATADA as seguintes comprovações:

- I. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
  - a. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
  - c. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- II. entrega, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos documentos no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
  - a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
  - b. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
  - c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- III. entrega, quando solicitado pela EMBRAPA, de quaisquer dos seguintes documentos:
  - a. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da EMBRAPA;
  - b. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a EMBRAPA;
  - c. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - d. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
  - e. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamentos e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato.
- IV. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, por ocasião da extinção ou rescisão do Contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido na cláusula quinta deste Contrato:
  - a. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - b. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - c. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
  - d. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

9.12. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados na subcláusula 9.11, I, devem ser apresentados.

9.13. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados nesta cláusula podem ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou atestada por empregado da EMBRAPA.

9.14. A EMBRAPA deve analisar a documentação solicitada na subcláusula 9.11, IV, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

9.15. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias ou do FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB) e ao MTE.

9.16. O gestor e os fiscais do Contrato terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, devendo atuar em conformidade com a Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 2017, e demais diplomas legais correlatos, sendo que as decisões e providências que ultrapassem sua competência, serão submetidas à autoridade competente da EMBRAPA para adoção das medidas necessárias.

9.17. O objeto deste Contrato está sujeito à mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas, obrigando-se a CONTRATADA a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados, bem como a atender prontamente quaisquer exigências inerentes ao objeto do Contrato, sem ônus para a EMBRAPA.

9.18. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste Contrato e de tudo dará ciência à CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com este Contrato.

9.19. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA que é obrigada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EMBRAPA, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, conforme previsão do artigo 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

9.20. A CONTRATADA deve se submeter à mais ampla e irrestrita fiscalização, devendo, pois, cumprir recomendações não previstas neste Contrato, no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT ou seus anexos, mas essenciais a boa execução do objeto, desde que devidamente respaldadas pelos diversos diplomas legais correlatos.

9.21. O gestor e os fiscais do Contrato tem a obrigação e o direito de exigir a qualquer tempo todos os documentos necessários à fiscalização trabalhista, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, sendo que a inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMBRAPA a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

9.22. As comunicações entre a EMBRAPA e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Alteração e Revisão**

10.1. O Contrato pode ser alterado, por acordo entre as Partes, nos seguintes casos:

- a. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b. quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa;
- c. quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d. quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- e. quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- f. para restabelecer a relação que as Partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da EMBRAPA para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2. A CONTRATADA pode aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

10.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos na subcláusula 10.2, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as Partes.

10.4. Qualquer acréscimo ou supressão de serviços deverá ser acompanhada da adequação da garantia prestada, no mesmo prazo estabelecido para sua apresentação inicial.

10.5. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

10.6. Em havendo alteração do Contrato que aumente ou reduza os encargos da CONTRATADA, a EMBRAPA deve restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.7. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

10.8. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos constante deste Contrato, como de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Repactuação**

11.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, será utilizada na presente contratação de serviços continuados, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra (folha salário) e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos, de acordo com o artigo 12 do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e artigo 54 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

11.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

11.3. Quando houver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação será dividida em tantos quanto forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

11.4. A repactuação para reajuste do Contrato em razão de novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa deverá repassar o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

11.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação terá início a partir:

- a. da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;
- b. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quanto a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas bases destes instrumentos.

11.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

11.7. As repactuações envolvendo mão de obra (folha salário) serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

11.8. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do aumento dos custos, mediante apresentação de memória de cálculo e planilhas apropriadas a serem submetidas à análise e aprovação da EMBRAPA, considerando-se:

- a. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da EMBRAPA;
- b. as particularidades do Contrato em vigência;

- c. a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- d. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e. a disponibilidade orçamentária da EMBRAPA.

11.9. A EMBRAPA poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

11.10. A repactuação de custos relativos a insumos, tais como materiais e equipamentos fica limitada ao valor auferido com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Só será admitida a repactuação acima desse limite, excepcionalmente, em relação às situações em que ficar devidamente demonstrado o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato.

11.11. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese na qual seus termos poderão ser incluídos na minuta de termo aditivo.

11.12. As repactuações, a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato. Nessas condições, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano.

11.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

- a. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra;
- b. em data futura, desde que acordada entre a EMBRAPA e a CONTRATADA, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.14. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.15. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios para a contratada por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

11.16. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ou ainda não tenha sido possível à EMBRAPA ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sendo que a não inclusão implicará na preclusão do direito à repactuação.

11.17. A parcela mensal referente ao "aviso prévio trabalhado", no primeiro ano de vigência contratual está limitada ao percentual máximo de 1,94% (um inteiro e noventa e quatro centésimos por cento), correspondente aos 30 (trinta) dias de aviso prévio trabalhado.

11.18. Na hipótese de renovação do Contrato por mais um ano, a parcela correspondente aos 30 (trinta) dias de "aviso prévio trabalhado" referida na subcláusula 11.17 não é mais devida, tendo em vista o seu pagamento/amortização no primeiro ano da contratação, devendo ser excluída da planilha de custos e formação de preços.

11.19. Por ocasião da prorrogação contratual, caso a EMBRAPA exija que a CONTRATADA disponibilize um empregado para cobrir o período de 2h (duas horas) decorrente da redução da jornada normal de trabalho de empregado que esteja cumprindo o "aviso prévio trabalhado", admitir-se-á a inclusão, na planilha de custo e formação de preço, da parcela referente a 6h (seis horas), correspondente aos 3 (três) dias de aviso prévio acrescidos na forma do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, devendo a inclusão ser efetivada por ocasião da formulação do aditivo de prorrogação.

11.20. A EMBRAPA não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

- a. pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da CONTRATADA;
- b. matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e
- c. preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.21. A CONTRATADA optante pelo regime de Lucro Real, ou seja, quando tributada pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, no momento da repactuação contratual, deverá cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições em relação aos últimos 12 (doze) meses.

11.22. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS e CONFINS, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Rescisão**

12.1. Por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, assim como a ocorrência de qualquer uma das situações previstas nos artigos 161 e 162 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, poderá a EMBRAPA rescindir o presente Contrato, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos e pela multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor global, atualizado, deste Contrato.

12.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

12.3. A EMBRAPA poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação quando não identificar má-fé ou a incapacidade da CONTRATADA de corrigir a situação, sob pena de rescisão contratual.

12.4. Por ocasião da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.5. Até que a CONTRATADA comprove o disposto na subcláusula 12.4, a EMBRAPA reterá:

- a. a garantia contratual, conforme artigo 70, da Lei nº 13.303, de 2016, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela EMBRAPA, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- b. os valores das notas fiscais correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.6. Na hipótese prevista na alínea "b" da subcláusula 12.5, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a EMBRAPA poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham



participado da execução dos serviços objeto do Contrato.

12.7. Fica assegurado à EMBRAPA o direito de rescindir unilateralmente o Contrato, sem qualquer ônus, nas hipóteses em que se evidenciar:

- a. a não vantajosidade na sua manutenção;
- b. a inexistência de recursos financeiros para seu prosseguimento;
- c. a não aceitação pela CONTRATADA dos acréscimos ou supressões contratuais, na forma do artigo 81, II e §1º da Lei nº 13.303, de 2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fundamentação Legal e Vinculação**

O Contrato fundamenta-se nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC), versão revisada nº 2 da Norma nº 037.011.003.001; da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; da Instrução Normativa do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/ME) nº 73, de 30 de setembro de 2022; da Instrução Normativa do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 3, de 26 de abril de 2018; da Instrução Normativa do SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017; da Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) nº 1, de 19 de janeiro de 2010; a Resolução do Conselho de Administração nº 242, de 16 de dezembro de 2022; a Resolução do Conselho de Administração nº 241, de 16 de dezembro de 2022; a Deliberação nº 37, de 16 de dezembro de 2022; e as exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT e vincula-se, para todos os fins de direito, ao processo de contratação SEI nº 21169.002125/2025-98 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Pagamento**

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias, contados da data da protocolização da nota fiscal e dos documentos comprobatórios exigidos, desde que o valor cobrado seja aceito e atestado pelo gestor do Contrato.

14.2. O faturamento deve ser realizado, obrigatoriamente, em nome da unidade da EMBRAPA, conforme a seguir:

Embrapa Clima Temperado

Rodovia BR 392 KM 78, Monte Bonito, 96010-971, Pelotas – RS.

CNPJ: 00.348.003/0137-94

14.3. Na ocasião do pagamento, a EMBRAPA procederá à consulta prévia quanto a regularidade fiscal no SICAF (via online), ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.

14.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, serão tomadas as providências previstas no artigo 31 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, estando sujeita às penalidades previstas.

14.5. A CONTRATADA deve informar à EMBRAPA o nome do banco, a agência, a localidade e o número da conta corrente em que se efetuará o crédito devido.

14.6. Serão retidos na fonte sobre os pagamentos, conforme o caso, o Imposto sobre a renda da pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o PIS/PASEP, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição Previdenciária, na forma da legislação em vigor.

14.7. A CONTRATADA, se amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção tributária sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

14.8. A CONTRATADA, se enquadrada como instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deve apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 assinado pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

14.9. A CONTRATADA, se enquadrada como instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico, ou associação civil, a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deve apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

14.10. A CONTRATADA, se amparada pela suspensão da exigibilidade do crédito tributário nas hipóteses a que se referem os incisos II, IV e V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996, ou por sentença judicial transitada em julgado, determinando a suspensão do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ou da Contribuição para o PIS/PASEP deverá apresentar, a cada pagamento, a comprovação de que o direito a não retenção continua amparado por medida judicial.

14.11. Não serão aceitas notas fiscais que omitam as indicações necessárias à perfeita identificação da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, que não for o legalmente exigido para a respectiva operação, que contiver declarações inexatas, que estiver preenchido de forma ilegível ou apresentar emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza, ou ainda, que descumprirem outras disposições contidas na legislação tributária.

14.12. Do pagamento efetuado poderão ser descontadas, compulsoriamente, as multas previstas e as sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

14.13. Caso a EMBRAPA constate que a CONTRATADA não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida, ou deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada, o valor mensal estipulado neste contrato referente ao mês da ocorrência será alterado, com base nos indicadores estabelecidos no IMR, devendo o pagamento ser feito com base no novo valor apurado.

14.13.1. Caso, eventualmente, a CONTRATADA discorde dos novos valores decorrentes da ponderação pelo IMR, poderá apresentar suas razões, em prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de pagamento.

14.13.2. Caso a EMBRAPA reconheça as alegações da CONTRATADA como aptos a desconstituir sua responsabilidade com relação aos fatos ocorridos que levaram à glosa de valores, a EMBRAPA pagará o crédito na próxima fatura.

14.13.3. A alteração do valor mensal será efetivada sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.14. Nos casos em que a CONTRATADA apresente os documentos obrigatórios e a nota fiscal com incorreções, ou nos casos em que a nota fiscal seja emitida e entregue fora do prazo hábil para recolhimento das retenções, a EMBRAPA se eximirá de qualquer encargo resultante de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

14.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela EMBRAPA, o valor devido será acrescido de atualização

financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.16. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais, estes serão devolvidos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a EMBRAPA por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes.

14.17. A CONTRATADA deverá apresentar à EMBRAPA, juntamente com a fatura, os documentos e comprovantes a seguir descritos, sem os quais não se efetuará o pagamento, sob pena de rescisão do Contrato e à aplicação das penalidades cabíveis:

Tabela 2

1.	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP (Competência Mês Anterior) com os documentos que a compõem a saber:
1.1	<p>FGTS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Protocolo de Envio de Arquivos emitidos pelo Conectividade Social;</li> <li>· Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após transmissão do arquivo SEFIP e comprovante de pagamento;</li> <li>· Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;</li> <li>· Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC;</li> <li>· Relatório Analítico da GRF ou resumo de Fechamento – Empresa -FGTS</li> <li>· Relação de Tomadores/Obras – RET;</li> <li>· Confissão de não recolhimento de valores de FGTS e de Contribuição Social;</li> <li>· Declaração de ausência de fato gerador para recolhimento FGTS</li> </ul>
1.2	<p>Previdência Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;</li> <li>· Comprovante de Declaração à Previdência e a outras entidades e fundos por FPAS;</li> <li>· GPS – Guia de Previdência Social (mês anterior) e comprovante de pagamento;</li> <li>· Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;</li> <li>· Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC;</li> <li>· Relação de Tomadores/Obras – RET;</li> <li>· Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão.</li> </ul>
2	Folha de pagamento dos Trabalhadores da Empresa que prestam serviços à Embrapa com comprovação do Pagamento dos Salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, conforme inciso III, art. 60, art. 161 e art. 162, IN MPS/SRP nº 3, de 2005, acompanhada dos recibos de pagamentos dos Salários
3	Comprovante de concessão do auxílio-alimentação, do vale transporte e do auxílio-saúde, quando for devido, relativos aos trabalhadores que prestem serviços na Embrapa
4	Comprovante da Concessão e Pagamento das Férias aos trabalhadores que prestem serviços na Embrapa.
5	Comprovante de pagamento do 13º salário e respectiva GFIP/SEFIP, GPS e comprovante de pagamento, quando devido.
6	Certidão Negativa de Débitos junto ao:
6.1	INSS
6.2	FGTS
7	Folha de ponto dos funcionários

14.18. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do Contrato.

14.19. No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do Contrato.

14.20. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados nesta cláusula, o gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c. comunicar a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.21. O pagamento dos salários dos empregados da CONTRATADA deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

14.22. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto na subcláusula 14.21, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a EMBRAPA possa verificar a realização do pagamento.

14.23. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, e desde que não se constate má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação, a EMBRAPA comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

14.24. Em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, fica desde já a EMBRAPA autorizada a efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços contratados, não configurando tal ato em vínculo empregatício ou implicando a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a EMBRAPA e os empregados da CONTRATADA.

14.25. A EMBRAPA notificará o sindicato representante da categoria do trabalhador para acompanhar o pagamento na forma prevista na subcláusula 14.24.

14.26. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere a subcláusula 14.24 pela EMBRAPA, esses valores retidos cautelarmente serão depositados perante a Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

14.27. É vedada à CONTRATADA a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a Embrapa, sob pena de aplicação de penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Pagamento de Verbas Trabalhistas por meio de Conta-Depósito Vinculada**

15.1. A EMBRAPA, de acordo com o previsto no artigo 18, § 1º, I, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, provisionará os valores referentes ao pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela EMBRAPA em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da referida instrução normativa, os quais somente serão liberados para o pagamento dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no subitem 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

15.2. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da EMBRAPA e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a. 13º (décimo terceiro) salário;
- b. férias e um terço constitucional de férias;
- c. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

15.3. Os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

15.4. A abertura e movimentação da referida conta ficam condicionadas à emissão, pela EMBRAPA, de ofícios conforme a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

15.5. Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação —, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

15.6. O saldo da conta-depósito vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no Termo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPA e a instituição bancária.

15.7. A CONTRATADA deve apresentar à EMBRAPA, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

15.8. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

- a. parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários dos empregados vinculados ao Contrato, quando devidos;
- b. parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória, porventura devida sobre o FGTS, por ocasião da dispensa de empregado vinculado ao Contrato;
- c. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição Federal, por ocasião do gozo de férias pelos empregados vinculados ao Contrato;
- d. ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

15.9. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da EMBRAPA para utilizar os valores da conta-depósito vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos na subcláusula 15.2 ou eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato, devendo a CONTRATADA apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

15.9.1. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização

trabalhista e a conferência dos cálculos, a EMBRAPA expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta vinculada, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

15.9.2. A autorização de que trata a subcláusula 15.9.1 deve especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

15.9.3. A CONTRATADA deverá apresentar à EMBRAPA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

15.10. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta vinculada será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

15.11. Os valores provisionados para atendimento da subcláusula 15.2 serão discriminados conforme tabela a seguir:

Tabela 3

ITEM	PERCENTUAL		
13º (décimo terceiro) salário			
Férias e 1/3 constitucional			
Multa sobre o FGTS do aviso prévio indenizado e do aviso prévio trabalhado			
Subtotal			
Incidência do Submódulo 2.2, do Anexo ..... - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário			
Total			

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Sanções

16.1. A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal.

16.2. Para os fins da alínea "c" da subcláusula 16.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no artigo 177 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

16.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a EMBRAPA, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - multa de:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da EMBRAPA, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 4 e 5; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a EMBRAPA a promover a rescisão do Contrato.

16.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 4 e 5:

Tabela 4

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 5

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	6
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	6
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	5
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da EMBRAPA, por empregado e por dia	3
6	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou sem crachá, por evento e por dia	1
7	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, por evento	3
8	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por evento	2
9	Utilizar as dependências da EMBRAPA para fins diversos do objeto do Contrato, por evento	5
10	Entregar com atraso a documentação exigida no edital e em seus anexos, por documento e por dia	1
11	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no edital e em seus anexos, por evento e por dia	1
12	Permitir que seus funcionários mantenham disciplina e conduta incompatíveis com o ambiente de trabalho, na forma em que detalhada no Termo de Referência e Contrato, por evento	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	1
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
15	Substituir, sempre que exigido pela EMBRAPA e independente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados contrários ao interesse público, por funcionário e por dia	1
16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
17	Indicar e manter durante a execução do Contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
18	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1
19	Cumprir quaisquer obrigações fixada no edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1
20	Manter a documentação de habilitação atualizada, por documento e por dia de atraso	2
21	Cumprir horário estabelecido pelo Contrato ou determinado pela gestão/ fiscalização, por evento e por dia de atraso	2
22	Cumprir determinação da gestão/ fiscalização para controle de acesso de seus funcionários, por evento e por dia de atraso	1
23	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário faltoso e por dia	2
24	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia de atraso	4

25	Entregar o uniforme aos funcionários de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e Contrato, por dia de atraso.	1
26	Apresentar, quando e no prazo solicitado, documentação fiscal, trabalhista ou previdenciária, entre outras previstas no edital e anexos, por dia de atraso	2
27	Prestar garantia contratual no prazo fixado em Contrato, por dia de atraso.	6

16.5. As sanções administrativas aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

16.6. O valor total das multas, aplicadas na vigência deste Contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global, o que ensejará a sua rescisão.

16.7. A aplicação das multas ocorrerá após regular processo administrativo, autuado conforme a lei e o rito fixado nesta cláusula, as quais deverão ser recolhidas na conta única (UG e Gestão da EMBRAPA), por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), mediante comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, podendo a EMBRAPA descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA e, ou, da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

16.8. Se o valor a ser descontado pela EMBRAPA for insuficiente, ficará a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação oficial.

16.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à EMBRAPA, será cobrado judicialmente.

16.10. As Partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação de penalidade, cujo rito será o seguinte:

16.10.1. Constatado pela equipe de fiscalização contratual a ocorrência de qualquer desvio das regras contratuais ou do descumprimento de qualquer obrigação constante de lei, regulamento ou qualquer ato normativo, esta providenciará o registro da ocorrência, nos autos do processo de fiscalização contratual e expedirá advertência, por escrito, que deverá ser entregue ao preposto da CONTRATADA ou a seus representantes, para que corrija a irregularidade no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

16.10.2. A equipe responsável pela fiscalização contratual avaliará, sendo o desvio corrigido no prazo estabelecido ou não, se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades.

16.10.3. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa ou impedimento de licitar e contratar com a Embrapa, o gestor contratual deverá instaurar processo de aplicação de penalidades e notificará a CONTRATADA, sobre este evento, por meio de intimação que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

16.10.4. A intimação deverá conter:

- a. identificação do intimado e nome da EMBRAPA;
- b. finalidade da intimação;
- c. indicação dos fatos e fundamentos legais e, ou, contratuais descumpridos;
- d. as penas as quais estará sujeito ao final do processo;
- e. o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua defesa prévia, nos termos do § 2º do artigo 83 da Lei nº 13.303, de 2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- f. orientações para que a CONTRATADA se habilite no processo cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o prazo no qual deverá estar habilitada e a informação que, ao final, a EMBRAPA, para todos os efeitos, considerará que a CONTRATADA encontra-se com vista franqueada do processo;
- g. informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento.

16.10.5. Decorrido o prazo para a apresentação da defesa prévia, o(a) Chefe-Adjunto(a) de Administração da Embrapa Clima Temperado decidirá, de forma fundamentada, considerando a natureza e gravidade das infrações; a culpabilidade da contratada, segundo os fatos e as circunstâncias do evento; e as justificativas apresentadas na defesa.

16.10.6. Além dos fundamentos, a decisão conterá:

- a. a penalidade aplicada, conforme estabelecido no Contrato;
- b. a forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;
- c. o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de recurso;
- d. a informação de que a não apresentação de recurso, em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação de pena de forma imediata.

16.10.7. Proferida decisão, a CONTRATADA será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo aberto no SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência da CONTRATADA.

16.10.8. A notificação sobre a decisão poderá ser dispensada, caso a CONTRATADA acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

16.10.9. Poderá a CONTRATADA, por ocasião da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

16.10.10. O recurso apresentado deve ser dirigido ao(a) Chefe-Adjunto(a) de Administração da Embrapa Clima Temperado, autor(a) da decisão recorrida, que poderá revê-la ou mantê-la.

16.10.11. Após seu pronunciamento, o(a) Chefe-Adjunto(a) de Administração da Embrapa Clima Temperado deve encaminhar, de ofício, ao Chefe-Geral os termos de sua decisão, para que a confirme ou altere seus termos.

16.10.12. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado. O não conhecimento do recurso não impede a EMBRAPA de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

16.10.13. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior, a CONTRATADA deve ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que pode ser efetuada por ciência no processo SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência da CONTRATADA.

16.10.14. Após esta decisão final, a penalidade aplicada deve ser executada e registrada no SICAF.

16.10.15. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se

o do vencimento.

16.10.16. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

16.10.17. Qualquer outro recurso, pedido de reconsideração ou revisão, não suspenderá os efeitos das penalidades aplicadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Matriz de Risco

17.1. A matriz de risco definida neste Contrato tem o objetivo de estabelecer os riscos assumidos pela EMBRAPA e pela CONTRATADA na execução do Contrato.

17.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do presente Contrato, conforme estabelecido na matriz de risco, exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da EMBRAPA.

17.3. Os casos omissos serão objeto de análise pautada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo, conforme caso concreto.

17.4. A matriz de riscos estabelece a probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro, que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra, incluindo prejuízo econômico.

17.5. Considera-se mantido o equilíbrio-financeiro do Contrato quando atendidas as suas condições e mantidas as disposições da matriz de risco, somente sendo possível à CONTRATADA solicitar a recomposição do equilíbrio econômico financeiro quando sua responsabilidade for excluída na matriz de risco.

17.6. A EMBRAPA e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à Parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na matriz de riscos conforme Tabela 6:

Tabela 6

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS	ALOCACÃO DO RISCO
Riscos atinentes ao tempo de execução	atraso na execução do objeto contratual por culpa da CONTRATADA	aumento do custo do produto e/ou serviço	diligência a cargo da CONTRATADA em promover a execução contratual	CONTRATADA
	atos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade ou da execução	aumento do custo do produto e/ou do serviço	planejamento empresarial	CONTRATADA
	atos supervenientes retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela EMBRAPA, que comprovadamente repercute no preço do Contrato	aumento do custo do produto e/ou do serviço	revisão do preço mediante termo aditivo	EMBRAPA
Risco da atividade empresarial	alteração de enquadramento tributário em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da CONTRATADA na avaliação da hipótese de incidência tributária	aumento ou diminuição do lucro da CONTRATADA	planejamento tributário	CONTRATADA
	elevação dos custos operacionais para execução dos serviços, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço, mão de obra	aumento do custo do produto e/ou do serviço	reajuste e/ou repactuação anual de preço por apostilamento ou termo aditivo, caso coincidam com a prorrogação	EMBRAPA
	variação dos custos de insumos quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato	aumento do custo do produto e/ou do serviço	planejamento empresarial	CONTRATADA
Riscos Trabalhistas e Previdenciários	responsabilização da EMBRAPA por verbas trabalhistas e previdenciárias dos empregados da CONTRATADA alocados na execução do objeto contratual	geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para Embrapa, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais	ressarcimento pela CONTRATADA ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos, da quantia despendida pela EMBRAPA	CONTRATADA
Riscos Tributários e Fiscal	responsabilização da EMBRAPA por recolhimento indevido em valor menor ou maior ou ainda por ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da EMBRAPA	débito ou crédito tributário ou fiscal	ressarcimento pela CONTRATADA ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos da quantia despendida pela EMBRAPA	CONTRATADA

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Responsabilidade Trabalhista

18.1. Os empregados e outros prepostos, utilizados pela CONTRATADA na prestação de serviços ora contratados, não terão qualquer vinculação com a EMBRAPA, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da EMBRAPA.

18.2. Caso a EMBRAPA, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos de que trata esta cláusula, a CONTRATADA obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Respeito às Normas Internas

19.1. O bom desempenho da CONTRATADA para prestação de serviços no interior da EMBRAPA está vinculado ao respeito às normas internas desta, de modo que a contravenção a esta diretriz é considerada uma infração contratual, podendo resultar na rescisão do contrato sem ônus a EMBRAPA, que, por mera liberalidade poderá, optar por prosseguir o Contrato, comunicando aos responsáveis pela CONTRATADA a respectiva contravenção, solicitando a reparação.

19.2. A CONTRATADA concorda em cientificar, alertar e exigir de seus dirigentes, diretores, funcionários, associados, agentes, consultores e

afiliados a observância da regulamentação interna da EMBRAPA.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – Nepotismo**

20.1. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da EMBRAPA que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

20.2. Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Alteração Subjetiva**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; haja a anuência expressa da EMBRAPA à continuidade do Contrato; demais requisitos e determinações dispostos na cláusula 24ª.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Acesso e Proteção de Dados Pessoais**

22.1. As Partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

- a. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da EMBRAPA, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;
- c. a CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da EMBRAPA em relação ao tratamento de dados pessoais;
- d. a CONTRATADA se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;
- e. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas Partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização EMBRAPA, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;
- f. a CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente Contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;
- g. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação;
- h. a CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e, ou, prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;
- i. a EMBRAPA possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por esta em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste Contrato e da LGPD;
- j. a CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais;
- k. a CONTRATADA deverá informar imediatamente à EMBRAPA todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela EMBRAPA e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas;
- l. a CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela EMBRAPA, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da LGPD;
- m. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à EMBRAPA, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada;
- n. ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

22.2. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a EMBRAPA será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da EMBRAPA, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

22.3. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações da subcláusula 22.1, deve se responsabilizar por eventuais danos que a EMBRAPA venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da EMBRAPA, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

22.4. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e, ou, terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela EMBRAPA, na forma da LGPD. Poderão ser solicitados pela EMBRAPA dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.



22.5. Os representantes legais signatários do Contrato autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no endereço eletrônico institucional da EMBRAPA e em cumprimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

22.6. As Partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na LGPD, bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no Contrato, para as finalidades descritas nesta cláusula.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Compliance**

23.1. As Partes, neste ato, declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente Contrato e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do Contrato.

23.2. Adicionalmente, a CONTRATADA, sem prejuízo das legislações aplicáveis, comprometem-se a não realizar as seguintes condutas vedadas:

- a. alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em lei, não se isentando da devida justificativa;
- b. divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados;
- c. retirar das áreas da EMBRAPA, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da EMBRAPA;
- d. fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros;
- e. apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou que vinculem seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso;
- f. permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas utilizadas no desenvolvimento do objeto deste Contrato, sobretudo às instalações de acesso restrito;
- g. promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente;
- h. praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

23.3. As Partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as Partes desenvolvem suas atividades.

23.4. O Contrato poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta cláusula.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação**

24.1. É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão deste instrumento.

24.2. É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- a. aquiescência prévia da EMBRAPA, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- b. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

24.3. Caso ocorra a sucessão contratual admitida na subcláusula 24.2, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

24.4. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Níveis de Serviço**

25.1. Os serviços contratados devem ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pela EMBRAPA, observados os níveis de serviço descritos no Termo de Referência e, ou, demais anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, quando for o caso.

25.2. O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Termo de Referência e, ou, demais anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Conduta Ética das Partes**

26.1. A CONTRATADA e a EMBRAPA comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

26.2. Em atendimento ao disposto na subcláusula 26.1, a CONTRATADA obriga-se, inclusive:

- a. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- b. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da EMBRAPA na execução do objeto do Contrato;
- c. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da EMBRAPA, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- d. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da EMBRAPA vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- e. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e

de redução da poluição.

26.3. Verificada uma das situações mencionadas nas alíneas "b" e "c" da subcláusula 26.2, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à EMBRAPA, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Recebimento do Objeto**

A EMBRAPA efetuará o recebimento do objeto por meio do gestor ou da Comissão de Recebimento, com o apoio do fiscal do Contrato, observado o disposto no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Alterações Contratuais**

28.1. O Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, nas hipóteses disciplinadas no artigo 81 da Lei nº 13.303, de 2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- a. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- b. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT.

28.2. Todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por processo administrativo formal, no qual estarão contidas todas as justificativas técnicas e documentação comprobatória da necessidade de alteração do ajuste.

28.3. As alterações deste Contrato deverão ser formalizadas por termo aditivo, exceto se permitidas pela legislação a realização por apostilamento ou outro meio.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Denúncia**

Independentemente de justo motivo, a EMBRAPA poderá dar por findo o Contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – Publicação**

O extrato deste Contrato será levado à publicação no sítio eletrônico da EMBRAPA, no Diário Oficial da União ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do artigo 132 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – Foro**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – Contratação Eletrônica**

As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Disposições Finais**

33.1. Este Contrato representa todo o acordo entre as Partes com relação ao objeto nele previsto.

33.2. Integram o Contrato:

ANEXO A – Termo de Referência ao Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT;

ANEXO B – Proposta;

ANEXO C – Qualificação dos representantes legais das Partes.

33.3. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as Partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

Estando assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as Partes assinam por meio eletrônico, o presente instrumento e os dele derivados, para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas, a seguir nomeadas e subscritas.

Pelotas, RS.

[assinado digitalmente]

[ nome ]

Chefe-Geral da Embrapa Clima Temperado

**EMBRAPA**

[assinado digitalmente]

[ nome ]

Chefe-Adjunto de Administração da Embrapa Clima Temperado

**EMBRAPA**

[assinado digitalmente]

[ nome ]

[ cargo ]

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

[assinado digitalmente]

[ nome ]

CPF: [ número ]

[assinado digitalmente]

[ nome ]

CPF: [ número ]

#### **ANEXO A DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

[inserir Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT]

#### **ANEXO B DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

[inserir Proposta]

#### **ANEXO C DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Qualificação dos representantes legais das Partes

##### **EMBRAPA**

Nome:	
Cargo:	Chefe-Geral da Embrapa Clima Temperado
Nacionalidade:	
Estado civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
E-mail:	
Endereço:	
Ato de designação:	
Ato de delegação:	Deliberação nº 14, 19 de setembro de 2023, item 4, publicada no BCA nº 47, de 2 de outubro de 2023

Nome:	
Cargo:	Chefe-Adjunto de Administração da Embrapa Clima Temperado
Nacionalidade:	
Estado civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
E-mail:	
Endereço:	
Ato de designação:	
Ato de delegação:	Deliberação nº 14, 19 de setembro de 2023, item 4, publicada no BCA nº 47, de 2 de outubro de 2023

##### **CONTRATADA**

Nome:	
Cargo:	
Nacionalidade:	
Estado civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
E-mail:	
Endereço:	
Ato de designação:	
Ato de delegação:	

\* N/A – Não Aplicável

Ao celebrarem o presente instrumento jurídico, os representantes legais das Partes discriminados neste anexo, doravante também denominados titulares dos dados, declaram de forma inequívoca seu consentimento com o armazenamento pela Embrapa de dados relativos a sua identificação, bem como autorizam o tratamento desses dados para fins de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão, compartilhamento ou extração exigidos pela legislação incidente

sobre as contratações realizadas por entidades integrantes da administração pública federal, assim como àquelas que estabelecem condutas referentes à propriedade intelectual, ciência, tecnologia e inovação.

O tratamento dos dados será realizado enquanto perdurar a obrigatoriedade legal de gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação, podendo se prolongar para fins estatísticos mesmo após o seu fim, desde que não haja expressa determinação do titular para a sua eliminação. O tratamento de dados pessoais é realizado pela Embrapa para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

A Embrapa concentra as qualificações de controlador e operador dos dados, podendo qualquer informação sobre o tratamento ser requerida pelos titulares dos dados pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, no endereço <<https://falabr.cgu.gov.br/>> ou ao encarregado (Ouvidor da Embrapa) a partir do endereço <https://www.embrapa.br/ouvidoria>.

Os agentes de tratamento dos dados serão responsabilizados nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 2018) por qualquer dano decorrente de tratamento em desconformidade com a LGPD, nos termos e limites expressos nos artigos 42 a 45.

O Tratamento dos dados será realizado em estreita observância à LGPD, que estabelece em seu artigo 9º, II, dentre outras previsões, a necessidade de menção explícita aos direitos do titular contidos em seu artigo 18:

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V – portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII – informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII – informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX – revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

§ 4º Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o § 3º deste artigo, o controlador enviará ao titular resposta em que poderá:

I – comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou

II – indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

§ 5º O requerimento referido no § 3º deste artigo será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

§ 6º O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional.

§ 7º A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do caput deste artigo não inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.

§ 8º O direito a que se refere o § 1º deste artigo também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

## ANEXO XI

### MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, que a ..... [ *nome empresarial da licitante*], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu(sua) representante legal, ..... [nome], conforme facultado pelo item 17 do edital vinculado ao referido pregão, vistoriou, nesta data, as dependências da unidade da Embrapa, CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado), inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0137-94, estabelecida na BR 392 KM 78, Monte Bonito, Pelotas/RS, Caixa Postal 403, CEP 96010-971, onde tomou conhecimento de todas as áreas onde serão executados os serviços rurais.

Local e Data

[assinatura do representante da Embrapa]

[nome e matrícula do representante da Embrapa]

Declaro que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

Local e Data

[assinatura do representante legal da licitante]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

.....

.....



## ANEXO XII

### TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador - Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador- Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção juridicolaboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos 52 do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

#### RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**Cláusula Primeira** – A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

a) - Serviços de limpeza; b) - Serviços de conservação; c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria; d) - Serviços de recepção; e) - Serviços de coqueiragem; f) - Serviços de reprografia; g) - Serviços de telefonia; h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) - Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) - Serviços de auxiliar de escritório; k) - Serviços de auxiliar administrativo; l) - Serviços de office boy (contínuo); m) - Serviços de digitação; n) - Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) - Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão p) - Serviços de ascensorista; q) - Serviços de enfermagem; e r) - Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

**Cláusula Segunda** – Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

**Cláusula Terceira** – A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por consequente, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro – É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro – Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

**Cláusula Quarta** – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que

esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**Cláusula Quinta** – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**Cláusula Sexta** – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**Cláusula Sétima** – Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**Cláusula Oitava** – A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

Sub-Procuradora-Regional da União – 1ª Região

MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Advogado da União

Testemunhas: \_\_\_\_\_

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da

-----



### ANEXO XIII

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PREVISTOS NA LEI Nº 13.303, DE 2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a ..... [nome empresarial da licitante], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Local e Data

[assinatura do representante legal da empresa e carimbo do emissor]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

-----  
-----

## **ANEXO XIV**

### **CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO**

Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL (FETAR RS) (CNPJ Nº 23.980.811/0001-00) e os SINDICATOS RURAIS DE PELOTAS (CNPJ Nº 87.442.380/0001-00) e CAPÃO DO LEÃO (CNPJ Nº 91.565.077/0001-64). Número de registro no Ministério Trabalho e Emprego RS001422/2026.

Disponível em <<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>>.

-----

## ANEXO XV

### RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS – PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

1. Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT, informa-se que as provisões realizadas pela Embrapa para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão de obra da empresa contratada para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela Embrapa em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

3. Os valores provisionados para atendimento do item 2 deste Anexo são discriminados conforme tabela a seguir:

#### RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

ITEM	PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		
13º (décimo terceiro) salário	<b>8,33%</b> (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	<b>12,10%</b> (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e Contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	<b>5,00%</b> (quatro por cento)		
Subtotal	<b>25,43%</b> (vinte e quatro vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 (Anexo III Edital) sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	<b>7,39%</b> (sete vírgula trinta e nove por cento)	<b>7,60%</b> (sete vírgula seis por cento)	<b>7,82%</b> (sete vírgula oitenta e dois por cento)
<b>Total</b>	<b>32,82%</b> (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	<b>33,03%</b> (trinta e três vírgula zero três por cento)	<b>33,25%</b> (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

**ANEXO XVI**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Modelo baseado na Instrução Normativa do do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP) nº 5, de 26 de maio de 2017 (Anexo V-B)

**1. DEFINIÇÃO**

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do contrato a ser firmado a partir do Edital de Pregão Eletrônico nº 90009/2026 – Embrapa/CPACT.

**2. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO**

2.1. Os serviços e produtos da contratada serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade: (a) uso de EPIs e uniformes; (b) tempo de resposta às solicitações da contratante; (c) atraso no pagamento de salários e outros benefícios; (d) falta de atendimento do local ou de materiais previstos em contrato; (e) qualidade dos serviços prestados.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas a seguir.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas a seguir apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

<b>INDICADOR 1 – USO DE EPIS E UNIFORMES</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, fornecimento e uso de EPI's e uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registro próprio
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrência registrada no mês de referência (pessoa/dia)
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Zero ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos 5 ou mais ocorrências = 0 (zero) pontos
Sanções	Vide item – Sanções Administrativas
Observações	

<b>INDICADOR 2 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas a obrigações da contratada estipuladas pelo contrato e seus anexos
Meta a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação

Instrumento de medição	Constatação formal da resposta
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registros
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com o tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso = 10 pontos 1 resposta com atraso = 8 pontos 2 respostas com atraso = 6 pontos 3 respostas com atraso = 4 pontos 4 respostas com atraso = 2 pontos 5 ou mais respostas com atraso = 0 (zero) pontos.
Sanções	Vide item – Sanções Administrativas
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo

INDICADOR 3 – ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registro
Periodicidade	Mensal, nos termos do artigo 459, § 1º, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria
Mecanismo de cálculo	Verificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Zero ocorrências = 35 pontos 1 ou mais ocorrências = 0 (zero) pontos
Sanções	Vide item – Sanções Administrativas
Observações	Atendendo ao dispositivo do artigo 459, § 1º, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943

INDICADOR 4 – FALTA DE ATENDIMENTO DO LOCAL OU DE MATERIAIS PREVISTOS EM CONTRATO	
ITEM	DESCRIÇÃO

Finalidade	Garantir a realização de atividades de serviços de campo e, ou, trato cultural e operação de maquinário, implementos agrícolas e rodoviários da Embrapa Clima Temperado com o atendimento total dos locais e o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados necessários a execução o contrato
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registro
Periodicidade	Por evento/constatação
Mecanismo de cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Zero ocorrências = 20 pontos 1 ou mais ocorrências = 0 (zero) pontos
Sanções	Vide item – Sanções Administrativas
Observações	

INDICADOR 5 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Serviço efetuado com grande qualidade e de acordo com os termos de contratação
Instrumento de medição	Preenchimento de formulário de qualidade de serviço
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registro
Periodicidade	Diário com relatório mensal
Mecanismo de cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixa de ajuste no pagamento	De 0 (zero) à 25 pontos conforme resultados da pesquisa
Sanções	Vide item – Sanções Administrativas
Observações	Quesitos avaliados na pesquisa encontra-se no formulário a seguir

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS
Empresa Contratada:
Gestor/Responsável:
Mês de Referência:
Legenda do Grau de Satisfação:
O=Ótimo B=Bom R=Regular I=Insatisfatório N=Não se aplica/Não sei responder

Descrição	Serviços/Procedimentos/Especificações	Grau de Satisfação
Serviços de campo	Atendimento realizado com eficiência e cordialidade	
	Áreas com cobertura total e cumprimento das atividades do trabalhador agropecuário em geral	
	Registros preenchidos e organizados	
	Atividades executadas conforme orientações da Contratante	
Operação de máquinas, implementos agrícolas e rodoviários, como tratores, pás mecânicas, máquinas de beneficiamento agrícola e outros similares	Atendimento realizado com eficiência e cordialidade	
	Áreas com cobertura total e cumprimento das atividades do tratorista	
	Registros preenchidos e organizados	
	Atividades executadas conforme orientações da Contratante	
Observações:		

A – Número de quesitos pontuados por grau de satisfação	O	B	R	I	N
B – Total de quesitos avaliados					8
C – Índice de Avaliação, por quesito (*)	O	B	R	I	N
(*) Dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados (A/B)					
D – Pontuação Total (**)					
(**) Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus de satisfação (Ótimo e Bom), multiplicados pela pontuação limite 25. [(O+B)x25]					

### 3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas do item 2.

3.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondentes à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação total do serviço} = \text{Pontos "Indicador 1"} + \text{Pontos "Indicador 2"} + \text{Pontos "Indicador 3"} + \text{Pontos "Indicador 4"} + \text{Pontos "Indicador 5"}$$

3.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

FAIXA DE PONTUAÇÃO DE QUALIDADE DA ORDEM DE SERVIÇO	PAGAMENTO DEVIDO	FATOR DE AJUSTE DE NÍVEL DE SERVIÇO
---	------------------	-------------------------------------

De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

3.4. A avaliação abaixo de 40 pontos por 3 (três) vezes ensejará na rescisão de contrato.

#### CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

INDICADOR	CRITÉRIO (FAIXA DE PONTUAÇÃO)	PONTOS	AVALIAÇÃO
1 – Uso dos EPIs e uniformes	0 (zero) ocorrências	10	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
2 – Tempo de respostas às solicitações da contratante	0 (zero) com atraso	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 respostas com atraso	0	
	ou mais		
3 – Atraso no pagamento de salários e benefícios	0 (zero) ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
4 – Falta de atendimento do local e de materiais previstos em contrato	0 (zero) ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
5 – Qualidade dos serviços prestados	Conforme resultado da avaliação	0 – 25	



Pontuação Total do Serviço	
----------------------------	--

-----

-----

## ANEXO XVII

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO, DAS CONDIÇÕES E DAS PECULIARIDADES

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, que a ..... [ *nome empresarial da licitante*], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu(sua) representante legal, ..... [nome], conforme facultado pelo item 17 do edital vinculado ao referido pregão, sob as penalidades da lei, tem pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará a substituição do atestado de visita técnica por esta declaração para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Embrapa ou seu CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE CLIMA TEMPERADO – CPACT (Embrapa Clima Temperado).

Local e Data

[assinatura do representante legal da licitante]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]

-----

## ANEXO XVIII

### DECLARAÇÃO DE ESCRITÓRIO

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ...../..... – Embrapa/CPACT, que a ..... [ *nome empresarial da licitante*], inscrita no CNPJ nº ..... [nº de inscrição], com sede na ..... [endereço completo], por intermédio de seu(sua) representante legal, ..... [nome], sob as penalidades da lei, possui ou instalará escritório, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de início de vigência do contrato, no raio de até 30km (trinta quilômetros) da Sede da Unidade, sito a BR 392 KM 78, Monte Bonito, Pelotas/RS.

Local e Data

[assinatura do representante legal da licitante]

[nome do representante legal]

[CPF do representante legal]

[cargo do representante legal]



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Leandro Padilha Barneche**, **Analista**, em 24/06/2026, às 11:59, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Luís Garcia Aquino**, **Chefe-Adjunto**, em 24/06/2026, às 14:13, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **13688981** e o código CRC **13A36256**.